

ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

Edital 543/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
543/2026	532101-ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL	ELISABETE DE MORAIS PEREIRA	15/05/2026 15:16 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		14700001196/2026-14

Preambulo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90540/2026

CONTRATANTE (UASG)

532101 - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE

OBJETO

Contratação de serviços especializados, SOB DEMANDA, para realização de PEQUENAS OBRAS, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do IAMSPE em diversos locais situados no complexo do HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE e do PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 01/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	4
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	15
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	17
11.	DOS RECURSOS.....	18

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21

IAMSPE

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90540/2026

(Processo Administrativo nº 147.00001196/2026-14)

Torna-se público que o(a) **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL- IAMSPE**, por meio do(a) **Sr.(a) Presidente MARIA DAS GRAÇAS BIGAL BARBOZA DA SILVA**, sediado(a) **Av. Ibirapuera,981 – Vila Clementino – São Paulo – SP- CEP 04029-000**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços especializados, SOB DEMANDA, para realização de PEQUENAS OBRAS, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do IAMSPE em diversos locais situados no complexo do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – HSPE e do PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. Do registro de preços

2.1. Trata-se de licitação para registro de preços, em que as regras referentes aos órgãos ou entidades gerenciador e participante(s), bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços apresentada como Anexo deste Edital.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Considerando o valor estimado do objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.3.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.5.

4.3.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.3.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, e empresa de pequeno porte.

4.4. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *Valor unitário e total estimado do item;*

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. *Nesta licitação para registro de preços, o licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital.*

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, *caput*, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#) Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um) por cento**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. [60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, [conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso persista o empate após obedecido o disposto no *caput* e no § 1º do art. [60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer *acima do preço máximo* definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Nesta licitação para registro de preços, não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de realização ou entrega, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (*duas*) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outras condições não previstas no Edital e seus anexos.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SicaF ;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2006.

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, [caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, se for o caso.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão no item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital

9. Da ata de registro de preços

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.1.2. A ata de registro de preços será assinada com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável, e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na documentação que integra este Edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

9.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas neste item 9, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, observado o disposto no item 10 deste Edital

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário na forma da alínea “a” da subdivisão anterior não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão, na ordem de classificação, aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou o cancelamento parcial do registro de preços, nas hipóteses previstas no item 9 da Ata de Registro de Preços, conforme minuta que integra este Edital como Anexo.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra este Edital, poderá:

a) convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observados o disposto neste item 10 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição

11. Dos recursos

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico Sistema SEI/SP.

12. Das infrações administrativas e sanções

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
 - 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
 - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
 - 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **elisabete.pereira@iamspe.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas, **no sistema compras.gov.br** sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no *sítio eletrônico* <https://compras.gov.br>.

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.2. ANEXO II - Portaria nº 29/2025 - aplicação de penalidade administrativas lei 14133-2021

14.16.3. ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

14.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta ;

14.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14.16.6. ANEXO VI - Modelos referentes à vistoria prévia

14.16.6. ANEXO VII - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA .

14.16.6. ANEXO VIII - Minuta de Ata de Registro de Preços

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DAS GRACAS BIGAL BARBOZA DA SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 15:16:40.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA.pdf (953.39 KB)
- Anexo II - ANEXO II - PORTARIA 29-2025 - APLICACAO DE PENALIDADES.pdf (66.6 KB)
- Anexo III - ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.pdf (598.73 KB)
- Anexo IV - ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA.pdf (475.02 KB)
- Anexo V - ANEXO V - MODELO(S) DECLARACAO(OES).pdf (75.35 KB)
- Anexo VI - ANEXO VI - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA.pdf (40.17 KB)
- Anexo VII - ANEXO VII- PLANILHA ORCAMENTARIA.pdf (787.29 KB)
- Anexo VIII - ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS.pdf (404.26 KB)

ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL

Termo de Referência 87/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG

87/2026

Editado por

532101-ESP-INST. ASSIST. MEDICA SERV. PUB. ESTADUAL LINDOLFO VILASBOAS FILHO

Atualizado em

08/05/2026 13:56 (v 0.7)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia

Número da Contratação

Processo Administrativo

147.00001196/2026-14

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de serviços comuns de engenharia, **SOB DEMANDA**, para realização de **PEQUENAS OBRAS**, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do **IAMSPE** em diversos locais situados no complexo do **HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE** e do **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

1.1.1. Entende-se por **PEQUENAS OBRAS**, os serviços comuns de engenharia visando à adequação/modernização, pequenas reformas, adaptações e modificações de layout, **SOB DEMANDA**, incluindo:

- Elaboração de Projetos básicos e Executivos de arquitetura, estrutural, elétricos, hidráulicos, rede lógica, climatização, e Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída acima de 10.000 m²
- Obra Civil, instalações elétricas, instalações hidráulicas, telefonia, rede lógica e urbanização;
- Demolições, consertos, instalações, montagens, modificações para novas implantações ou ampliações

1.2. Os serviços definidos neste **Termo de Referência - TR** enquadram em serviços comuns de engenharia por serem de baixa complexidade podendo ser executados em todo e qualquer local situado no complexo do **Hospital do Servidor Público Estadual - HSPE** e no **Prédio da Administração**, em muros, pisos internos e externos, jardins, canteiros, sistemas de drenagem, sistemas de alimentação de água fria e água quente, sistemas de coleta e disposição de esgotos, sistemas de entrada, alimentação e distribuição de energia elétrica; telefonia; rede lógica.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no seguinte excerto do item 2 do estudo técnico preliminar:

"O **IAMSPE** possui tanto no complexo hospitalar do **HSPE-FMO**, como no edifício Administrativo muitas edificações, algumas delas com mais de 70 anos de construção. Estas edificações sofrem constantemente necessidade de alguma intervenção, tanto de layout como de reparação de problemas estruturais.

O **IAMSPE** possui atualmente um contrato de prestação de serviços com a empresa **MPE** para manutenção e reparação dos principais sistemas de infraestrutura e equipamentos. tais como, sistemas elétrico, hidráulico e refrigeração.

Frequentemente, em virtude da dinâmica do hospital, há demandas de pequenas obras civis para mudança de layout e readequações necessárias para adaptação às necessidades do **HSPE-FMO** em razão da sua necessidade de melhor atender os nossos pacientes e seus familiares.

A contratação de uma empresa, através de uma **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP** se torna de fundamental importância, uma vez que se trata de um instrumento ágil e eficiente.

Entendemos que a disponibilização de uma **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP** para essas pequenas obras é bastante eficaz no que tange a velocidade de atendimento, reduzindo substancialmente os inconvenientes causados pela demora na realização de cada licitação.

A contratação de uma empresa, através da **ARP** promoverá a eficiência de forma sistemática, protegendo o patrimônio do **HSPE-FMO** das ações danosas de eventos inesperados."

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 conforme detalhamento a seguir:

2.3. Os serviços objeto deste estudo caracteriza-se como **intermitente**, uma vez que somente será ativado quando houver a necessidade

2.4. Abrangência dos Serviços:

Entende-se por pequenas obras, os serviços comuns de engenharia civil, das áreas existentes no Complexo do HSPE-FMO, visando à adequação/modernização, pequenas reformas, adaptações em edificações de layout existentes, com fornecimento fornecimento de mão de obra e materiais

- Elaboração de Projetos Executivos Diversos, Projetos Estruturais, Projetos Arquitetônico, Projeto de Elétrica, Projeto de Sistema Térmico, Projeto de Hidráulica, etc
- Serviços de pequenas consultorias
- Obras Civil, instalações elétricas, instalações hidráulicas, telefonia, rede lógica e urbanização;
- Demolições, consertos, instalações, montagens, modificações para novas implantações ou ampliações.

3. Descrição da solução

3.1. Objeto

O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços comuns de engenharia, **SOB DEMANDA**, para realização de **PEQUENAS OBRAS**, tais como, instalação,

construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do **IAMSPE** em diversos locais situados no complexo do **HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – HSPE** e do **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

3.1.1. Entende-se por **PEQUENAS OBRAS**, os serviços comuns de engenharia visando à adequação/modernização, pequenas reformas, adaptações e modificações de layout, **SOB DEMANDA**, incluindo:

- Elaboração de projetos básicos e executivos, coordenação da execução das obras e emissão de Pareceres Técnicos;
- Obra Civil, instalações elétricas, instalações hidráulicas, telefonia, rede lógica e urbanização;
- Demolições, consertos, instalações, montagens, modificações para novas implantações ou ampliações.

3.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

3.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto Estadual nº 67.985 de 27 de setembro de 2023.

3.2. Os serviços definidos neste **Termo de Referência - TR** enquadram em serviços comuns de engenharia por serem de baixa complexidade podendo ser executados em todo e qualquer local situado no complexo do **Hospital do Servidor Público Estadual - HSPE** e no **Prédio da Administração**, em muros, pisos internos e externos, jardins, canteiros, sistemas de drenagem, sistemas de alimentação de água fria e água quente, sistemas de coleta e disposição de esgotos, sistemas de entrada, alimentação e distribuição de energia elétrica; telefonia; rede lógica.

3.3. O prazo de vigência desta **ARP** é de 12 (doze) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021

3.4. Os serviços objeto deste **Termo de Referência** são caracterizados como **INTERMITENTE**, ou seja, será executado sob **DEMANDA**, de acordo com a necessidade, não garante a **CONTRATADA** a execução das quantidades máximas constantes na **PLANILHA QUANTITATIVA E DESCRITIVA, ITEM 3.10**, que faz parte deste Termo, somente serão pagas as quantidades e valores efetivamente executado, constantes das **ORDENS DE SERVIÇO**.

3.5. No contrato a ser firmado, objeto desta contratação, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas.

3.6. Não é admitida a subcontratação do objeto.

3.7. Condições de execução

3.7.1. Para cada obra ou serviço que for executado, objeto deste **TERMO DE REFERÊNCIA**, será emitida uma **ORDEN DE SERVIÇO** que constarão os seguintes dados:

- Local da Execução da obra ou serviço;
- Prazo de execução;
- Cronograma de execução;
- Valor total da Ordem de Serviço;
- Cada Ordem de Serviço será acompanhada de uma planilha orçamentária, contendo as quantidades a serem executadas, bem como os valores unitários de cada serviço bem como dos materiais a serem utilizados;
- Os preços da planilha acima, são aqueles constantes da proposta comercial vencedora da licitação que fará parte do contrato firmado;
- Cada Ordem de Serviço deverá ser acompanhada da respectiva **NOTA DE EMPENHO** com o valor total da **Ordem de Serviço**.

3.7.2.. O valor global do contrato firmado com o vencedor da licitação não garante a **CONTRATADA** a execução dos serviços nas quantidades totais, estimadas na Planilha Quantitativa e Descritiva, somente serão pagas as quantidades e valores das planilhas que acompanharão as respectivas **Ordens de Serviço** emitidas pelo gestor.

3.8. Local e horário da prestação dos serviços

3.8.1. Os serviços serão executados nas dependências do **IAMSPE** em diversos locais situados no complexo **do HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE** e do **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

3.8.2. Os serviços poderão ser executados das 8:00 às 22:00 horas, de segunda a domingo.

3.9. Materiais a serem disponibilizados

3.9.1. Para a perfeita execução dos serviços, objeto de cada **ORDEM de SERVIÇO**, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e ferramentas necessários, nas quantidades prevista na Planilha Orçamentária que acompanhará a respectiva **ORDEM DE SERVIÇO**, conforme previsto no item 3.7.1.

3.10. PLANILHA QUANTITATIVA E DESCRITIVA

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE
01.02.071	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída até 1.000 m²	UN	5
01.02.081	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 1.001 a 2.000 m²	UN	5
01.02.091	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 2.001 a 5.000 m²	UN	5
01.02.101	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 5.001 a 10.000 m²	UN	5
01.02.111	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída acima de 10.000 m²	UN	5
B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	HR	1000
PROJETOS			
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1	UN	50
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	50
01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	50
01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	50
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	50
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN	50
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	50
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	50
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	50
01.17.161	Projeto executivo de climatização em formato A0	UN	50

01.17.171	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A1	UN	50
01.17.181	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A0	UN	50
TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E TRABALHOS ESPECIAIS EM CONCRETO			
01.23.020	Limpeza de armadura com escova de aço	M2	1.437,00
01.23.030	Preparo de ponte de aderência com adesivo a base de epóxi	M2	1.437,00
01.23.056	Tratamento de armadura com produto anticorrosivo a base de zinco	M2	1.437,00
01.23.060	Corte de concreto deteriorado inclusive remoção dos detritos	M2	1.437,00
01.23.070	Demarcação de área com disco de corte diamantado	M	485,00
02.02	CONTAINER		
02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00
02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	10,00
02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00
TAPUME E PROTEÇÃO			
02.03.030	Proteção de superfícies em geral com plástico bolha	M2	3000
02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	M2	5548,37
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	M2	411,3
02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	M2	132
02.03.200	Locação de quadros metálicos para plataforma de proteção, inclusive o madeiramento	M2 x mês	851,5
02.03.260	Tapume fixo em painel OSB - espessura 10 mm	M2	400
ANDAIME E BALANCIM			
02.05.100	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura superior a 10 m	M2	5548,37
02.05.195	Balancim elétrico tipo plataforma para transporte vertical, com altura até 60 m	UNMES	6
02.05.212	Andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2 x mês	13870,94
SINALIZAÇÃO DE OBRA			
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	6
DEMOLIÇÃO DE CONCRETO			
03.01.230	Demolição de concreto		
03.01.230	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	1000
03.01.250	Demolição mecanizada de pavimento ou piso em concreto, inclusive fragmentação e acomodação do material	M2	1000
DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA			

03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	14778,63
03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	M2	7380,15
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	7445,15
03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	M2	3750
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	3750
03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	M2	3750
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	M	2460
03.05.020	Demolição manual de revestimento sintético, incluindo a base	M2	3750
DEMOLIÇÃO ASFALTO			
03.07.070	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive acomodação do material	M2	6000
DEMOLIÇÃO DE FORRO E DIVISÓRIA			
03.08.040	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento	M2	3750
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	M2	2000
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	1431,24
03.09.040	Demolição manual de argamassa regularizante, isolante ou protetora e papel Kraft	M2	1431,24
03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusive apoio	M	156,52
03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	9580
04.02.050	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	M2	1000
RETIRADA DE TELHAS			
04.03.020	Retirada de telhamento em barro	M2	3000
04.03.080	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	M	1000
RETIRADA DE REVESTIMENTO SINTÉTICO			
04.06.010	Retirada de revestimento em lambris metálicos	M2	3000
04.06.020	Retirada de piso em material sintético assentado a cola	M2	3750
04.06.040	Retirada de degrau em material sintético assentado a cola	M	1500
04.06.060	Retirada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	2460
04.06.100	Retirada de piso elevado telescópico metálico, inclusive estrutura de sustentação	M2	3000
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	M2	3750
RETIRADA DE ESQUADRIA DE MADEIRA			
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	1000

RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICA

04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	1000
04.09.040	Retirada de folha de esquadria metálica	UN	500
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	1000

RETIRADA DE METAIS HIDRAÚLICOS

04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	500
-----------	---	----	-----

RETIRADA DE VIDROS

04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	1000
04.14.040	Retirada de esquadria em vidro	M2	1000

RETIRADA DE COMPONENTES ELÉTRICOS

04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	1000
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	UN	5000
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	5000
04.20.020	Remoção de janela de ventilação, iluminação ou ventilação e iluminação padrão	UN	1000
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	5000
04.21.060	Remoção de perfilado	M	3000
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	1000
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	1000
04.22.200	Remoção de vergalhão	M	1000
RETIRADA EM INSTALAÇÃO HIDRAÚLICA			
04.30.020	Remoção de calha ou rufo	M	1000
04.30.040	Remoção de condutor aparente	M	1000
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	3000

**TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO,
DENTRO E FORA DA OBRA**

05.04	Transporte de material solto		
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	14778,63
05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	88,78
05.07.060	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material rejeitado e misturado por vegetação, isopor, manta asfáltica e lã de vidro	M3	74,43

FORMA EM MADEIRA COMPENSADA

09.02.040	Forma plana em compensado para estrutura aparente	M2	191,6
-----------	---	----	-------

ARMADURA E CORDOALHA ESTRUTURAL

10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	2700
-----------	---	----	------

CONCRETO, MASSA E LASTRO

11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	9,58
-----------	--	----	------

11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	57,25
11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	156,52
11.20.120	Reparo superficial com argamassa polimérica (tixotrópica), bicomponente	M3	43,11
11.20.130	Tratamento de fissuras estáveis (não ativas) em elementos de concreto	M	180
ALVENARIA EM TIJOLO			
14.10.101	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 9 x 19 x 39 cm - classe C	M2	7830,15
14.10.111	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 14 x 19 x 39 cm - classe C	M2	65
DIVISÓRIA E FECHAMENTO			
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	1000
14.30.230	Divisória painel/vidro/vidro tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	M2	1000
14.30.842	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado simples, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	1000
14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	500
ESTRUTURA DE MADEIRA PARA TELHADO			
15.01.210	Estrutura pontaletada para telhas de barro	M2	5000
15.01.220	Estrutura pontaletada para telhas onduladas	M2	5000
15.01.310	Estrutura em terças para telhas de barro	M2	5000
15.01.320	Estrutura em terças para telhas perfil e material qualquer, exceto barro	M2	5000
TELHAMENTO			
16.02.020	Telha de barro tipo francesa	M2	3000
16.02.120	Emboço de beiral em telhas de barro	M	500
16.02.230	Cumeeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	M	500
16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	500
REVESTIMENTO EM MASSA OU FUNDIDO NO LOCAL			
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	57,25
17.02.020	Chapisco	M2	7660,15
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	65
17.02.220	Reboco	M2	7530,15
REVESTIMENTO CERÂMICO			
18.06.102	Placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção BIIb, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M2	3000
18.06.103	Rodapé em placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção BIIb, resistência química B, assentado com	M	1000

	argamassa colante industrializada		
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	3000
	REVESTIMENTO VINILICO		
21.02.050	Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	M2	5000
21.02.071	Revestimento vinílico em manta, espessura total de 2mm, resistente a lavagem com hipoclorito	M2	5000
	RODAPÉ SINTÉTICO		
21.10.061	Rodapé para piso vinílico em PVC, espessura de 2 mm e altura de 5 cm, curvo/plano, com impermeabilizante acrílico	M	2000
	FORRO EM GESSO		
22.02.010	Forro em placa de gesso liso fixo	M2	5000
22.03	Forro sintético		
22.03.122	Forro em fibra mineral NRC 0.85, em placas acústicas removíveis de 625mm x 1250mm	M2	5000
22.03.140	Forro em fibra mineral NRC 0.65, em placas acústicas removíveis de 625mm x 625mm	M2	5000
	PORTA EM LAMINADO LISO		
23.04.090	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 70 x 210 cm	UN	750
23.04.100	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 80 x 210 cm	UN	750
23.04.110	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 90 x 210 cm	UN	750
23.04.120	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 120 x 210 cm	UN	750
23.04.130	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 140 x 210 cm	UN	750
23.04.140	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 220 x 210 cm	UN	500
	MARCENARIA EM GERAL		
23.08.040	Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras	M2	10.000
23.08.080	Prateleira sob medida em compensado, revestida nas duas faces em laminado fenólico melamínico	M2	4000
	CAIXILHO EM ALUMINIO		
25.01.020	Caixilho em alumínio fixo, sob medida	M2	1000
25.01.030	Caixilho em alumínio basculante com vidro, linha comercial	M2	1000
	CORRIMÃO, BATE-MACA		
	Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em		

27.04.040	PVC, com amortecimento à impacto, altura de 131 mm	M	1000
27.04.050	Protetor de parede ou bate-maca em PVC flexível, com amortecimento à impacto, altura de 150 mm	M	1000
27.04.051	Faixa em vinil para proteção de paredes, com amortecimento à alto impacto, altura de 400 mm	M	1000
27.04.052	Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto	M	1000
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	1000
28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	1000
28.01.040	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta interna com 1 folha	CJ	1000
28.01.080	Ferragem adicional para porta vão simples em divisória	CJ	1000
28.01.090	Ferragem adicional para porta vão duplo em divisória	CJ	1000

BARRA DE APOIO

30.01.020	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 500 mm	UN	1000
30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 mm	UN	1000
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 x 800 mm	UN	1000
30.01.061	Barra de apoio lateral para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1.1/4", comprimento 25 a 30 cm	UN	1000
30.01.080	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, comprimento de 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000
30.01.090	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio de 800 x 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000
30.01.110	Barra de proteção para sifão, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, acabamento com pintura epóxi	UN	1000
30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4' x 400 mm	UN	1000
30.01.130	Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi	UN	1000

30.04	Revestimento		
30.04.020	Revestimento sintético de borracha ou PVC colorido, para sinalização tátil de alerta / direcional - colado	M2	5.000,00

30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25cm), assentado com argamassa mista	M2	3.000,00
30.04.040	Faixa em policarbonato para sinalização visual fotoluminescente, para degraus, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00
30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	300,00
30.04.070	Rejuntamento de piso em ladrilho hidráulico (25x25cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas de 2 mm	M2	1.000,00
30.04.090	Sinalização visual de degraus com pintura esmalte epóxi, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00

COMUNICAÇÃO VISUAL E SONORA

30.06.010	Placa para sinalização tátil (início ou final) em braile para corrimão	UN	1.500,00
30.06.020	Placa para sinalização tátil (pavimento) em braile para corrimão	UN	1.500,00
30.06.050	Tinta acrílica para sinalização visual de piso, com acabamento microtexturizado e antiderrapante	M	1.000,00
30.06.064	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, sistema sem fio (Wireless), para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100,00
30.06.090	Placa de identificação para estacionamento, com desenho universal de acessibilidade, tipo pedestal	UN	100,00
30.06.100	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento	UN	100,00
30.06.110	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento, com faixas demarcatórias	UN	100,00
30.06.124	Sinalização com pictograma autoadesivo em policarbonato para piso 80 cm x 120 cm - área de resgate	UN	100,00
30.06.132	Placa de sinalização tátil em poliestireno com alto relevo em braile, para identificação de pavimentos	UN	1.500,00

30.06.061	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100
30.06.080	Placa de identificação em alumínio para WC, com desenho universal de acessibilidade	UN	1000

ELEVADOR E PLATAFORMA

30.14.040	Plataforma para elevação até 2,00 m, nas dimensões de 900 x 1400 mm, capacidade de 250 kg - percurso superior a 1,00 m de altura	CJ	2
32.07.120	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA ELASTOMÉRICA, ESPESSURA DE 19 A 26 MM, PARA TUBULAÇÃO DE 1 1/2" (FERRO)	M	156,52
32.07.160	Mangueira plástica flexível para junta de dilatação	CM3	62608

32.11.150	Proteção para isolamento térmico em alumínio	M2	1000
32.11.200	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1/2" (15 mm)	M	1000
32.11.210	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 3/4" (22 mm)	M	1000
32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1" (28 mm)	M	1000
32.11.230	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/4" (35 mm)	M	1000
32.11.240	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/2" (42 mm)	M	1000
32.11.250	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 2" (54 mm)	M	1000
32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/4" (cobre)	M	1000
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	M	1000
32.11.290	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 5/8" (cobre) ou 1/4" (ferro)	M	1000
32.11.300	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1" (cobre)	M	1000
32.11.310	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 7/8" (cobre) ou 1/2" (ferro)	M	1000
32.11.320	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/8" (cobre) ou 3/4" (ferro)	M	1000
32.11.330	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 3/8" (cobre) ou 1" (ferro)	M	1000
32.11.340	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 5/8" (cobre) ou 1 1/4" (ferro)	M	1000
32.11.350	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/2" (ferro)	M	1000
32.11.360	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2" (ferro)	M	1000
32.11.370	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2 1/2" (ferro)	M	1000
32.11.380	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3 1/2" (cobre) ou 3" (ferro)	M	1000

32.11.390	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 4" (ferro)	M	1000
32.11.400	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 5" (ferro)	M	1000
32.11.410	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 6" (ferro)	M	1000
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6"	M2	1000
32.11.430	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/8" (cobre) ou 1/8" (ferro)	M	1000
32.11.440	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/4" (cobre) ou 3/8" (ferro)	M	1000
32.15.040	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 4 mm	M2	1431,24
32.20.020	Aplicação de papel Kraft	M2	1431,24

PINTURA E MASSA CORRIDA

33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	9580
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	20000
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	5000
33.03.750	Verniz acrílico	M2	9580
33.10.041	Esmalte à base de água em massa, inclusive preparo	M2	20000
33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	1700
33.10.060	Epóxi em massa, inclusive preparo	M2	5000
33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	5000
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	5000

QUADRO DE ENERGIA/TELEFONIA

37.01.020	Quadro Telebrás de embutir de 200 x 200 x 120 mm	UN	100
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	100
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	100
37.01.160	Quadro Telebrás de embutir de 800 x 800 x 120 mm	UN	100
37.01.220	Quadro Telebrás de embutir de 1200 x 1200 x 120 mm	UN	100
38.01.040	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios	M	5000
38.01.060	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios	M	5000
38.01.080	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/4" - com acessórios	M	5000
38.01.100	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/2" - com acessórios	M	5000

38.01.120	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2' - com acessórios	M	5000
38.01.140	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2 1/2' - com acessórios	M	5000
38.01.160	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3' - com acessórios	M	5000
38.01.180	Eletroduto de PVC rígido roscável de 4' - com acessórios	M	5000
38.04	Eletroduto rígido em aço carbono galvanizado com acessórios - NBR 13057		
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4' com acessórios	M	5000
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1' com acessórios	M	5000
38.04.080	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/4' com acessórios	M	5000
38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2' com acessórios	M	5000
38.04.120	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2' com acessórios	M	5000
38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2' com acessórios	M	5000
38.04.160	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3' com acessórios	M	5000
38.04.180	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 4' com acessórios	M	5000
38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8' (tirante)	M	5000
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4' (tirante)	M	5000
38.07.216	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 5/16' (tirante)	M	5000
38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000
38.07.310	Perfilado perfurado 38 x 76 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000
38.07.340	Perfilado liso 38 x 38 mm - com acessórios	M	5000
38.10.024	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 4 x 25 x 70 mm, sem cruzadora	UN	1000
38.10.026	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 12 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000
38.10.030	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 16 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000
38.10.060	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 2 x (25 x 70 mm)	UN	1000
38.10.070	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 3 x (25 x 70 mm)	UN	1000
38.10.080	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 4 x (25 x 70 mm)	UN	1000
38.12	Leitos e acessórios		
	Leito para cabos, tipo pesado, em aço		

38.12.086	galvanizado de 300 x 100 mm - com acessórios	M	1000
38.12.090	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 400 x 100 mm - com acessórios	M	1000
38.12.100	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 600 x 100 mm - com acessórios	M	1000
38.12.120	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 500 x 100 mm - com acessórios	M	1000
38.12.130	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 800 x 100 mm - com acessórios	M	1000
38.13	Eletroduto em polietileno de alta densidade		
38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	10000
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	3000
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	3000
38.13.030	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 75 mm, com acessórios	M	1000
38.13.040	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 100 mm, com acessórios	M	1000
38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	M	1000
38.13.060	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 150 mm, com acessórios	M	1000
39	CONDUTOR E ENFIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA		
39.02.016	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	30000
39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	10000
39.02.030	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	10000
39.02.040	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	M	10000
	Telefonia Cabos		
39.12.510	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolação em VC/E 105° C - para detecção de incêndio	M	10000
39.12.520	Cabo de cobre flexível blindado de 3 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolação em VC/E 105° C - para detecção de incêndio	M	10000
39.12.530	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 2,5 mm², isolamento 600V, isolação em VC/E 105° C - para detecção de incêndio	M	10000
	ELÉTRICA		
40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4' x 4'	UN	100
40.02.020	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 100 x 100 x 80 mm	UN	100
40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	100
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	100
	Caixa de passagem em chapa, com tampa		

40.02.080	parafusada, 300 x 300 x 120 mm	UN	100
40.02.100	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 400 x 400 x 150 mm	UN	100
40.02.120	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 500 x 500 x 150 mm	UN	100
40.04	Tomadas		
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	5000
40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400
40.04.490	Conjunto 2 interruptores simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400
40.04.492	Conjunto 4' x 4' de 1 interruptor simples, 1 tomada universal e 1 tomada de 3 polos	CJ	400
40.06	Conduletes		
40.06.040	Condutele metálico de 3/4'	CJ	5000
40.06.060	Condutele metálico de 1'	CJ	5000
40.06.080	Condutele metálico de 1 1/4'	CJ	1000
40.06.100	Condutele metálico de 1 1/2'	CJ	1000
40.06.120	Condutele metálico de 2'	CJ	1000
40.06.140	Condutele metálico de 2 1/2'	CJ	1000
40.06.160	Condutele metálico de 3'	CJ	1000
40.06.170	Condutele metálico de 4'	CJ	1000
40.07	Caixa de passagem em PVC		
40.07.010	Caixa em PVC de 4' x 2'	UN	10000
40.07.020	Caixa em PVC de 4' x 4'	UN	5000
40.07.040	Caixa em PVC octogonal de 4' x 4'	UN	2000

ILUMINAÇÃO

41.02.541	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 900 até 1050 lm - 9 a 10 W	UN	10000
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20 W	UN	10000
41.04.020	Receptáculo de porcelana com parafuso de fixação com rosca E-27	UN	5000
41.07.450	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica "3U", base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	UN	5000

Luminárias

41.14.070	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32 W	UN	1000
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com difusor translúcido, para 2 lâmpadas fluorescentes de 28 W/32 W/36 W /54 W	UN	1000
41.14.210	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta com aletas planas, para 2 lâmpadas fluorescentes compactas de 18 W/26 W	UN	1000
41.14.390	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, com refletor em alumínio de alto brilho, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 32 W /36 W	UN	1000
41.14.430	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta, com refletor e aleta parabólicas em alumínio de alto brilho, para 4 lâmpadas	UN	1000

fluorescentes de 14 W/16 W/18 W

CHUVEIROS

43.02.100	Chuveiro com jato regulável em metal com acabamento cromado	UN	300
44	SANITÁRIOS		
44.01.040	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada e tampa - infantil	UN	300
44.01.110	Lavatório de louça com coluna	UN	300
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	100
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	100
44.02	Bancadas e tampos		
44.02.062	Tampo/bancada em granito, com frontão, espessura de 2 cm, acabamento polido	M2	1000
44.02.100	Tampo/bancada em mármore nacional espessura de 3 cm	M2	1000
44.02.200	Tampo/bancada em concreto armado, revestido em aço inoxidável fosco polido	M2	1000
44.03.300	Torneira clínica com volante tipo alavanca	UN	1000
44.03.315	Torneira de mesa com bica móvel e alavanca	UN	1000
44.03.920	Ducha higiênica com registro	UN	1000

Aparelhos em Aço Inox

44.06.250	Cuba em aço inoxidável simples de 300 x 140mm	UN	30
44.06.300	Cuba em aço inoxidável simples de 400x340x140mm	UN	30
44.06.310	Cuba em aço inoxidável simples de 465x300x140mm	UN	30
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	30
44.06.330	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x400mm	UN	30
44.06.360	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x200mm	UN	30
44.06.370	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x250mm	UN	30
44.06.400	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x300mm	UN	30
44.06.410	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x300mm	UN	30
44.06.470	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x350mm	UN	30
44.06.520	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x400mm	UN	30
44.06.570	Cuba em aço inoxidável simples de 700x600x450mm	UN	30
44.06.600	Cuba em aço inoxidável simples de 1400x900x500mm	UN	30
44.06.610	Cuba em aço inoxidável simples de 1100x600x400mm	UN	30
44.06.700	Cuba em aço inoxidável dupla de 715x400x140mm	UN	30
44.06.710	Cuba em aço inoxidável dupla de 835x340x140mm	UN	30

44.06.750	Cuba em aço inoxidável dupla de 1020x400x250mm	UN	30
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1´	UN	300
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2´	UN	300
44.20.130	Tubo de ligação para mictório, DN= 1/2´	UN	100
44.20.150	Acabamento cromado para registro	UN	3000
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	300
44.20.300	Bolsa para bacia sanitária	UN	300
44.20.390	Válvula de PVC para lavatório	UN	300
44.20.620	Válvula americana	UN	300
44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2´	UN	300
44.20.650	Válvula de metal cromado de 1´	UN	300
46.01	TUBULAÇÃO E CONDUTORES PARA LIQUIDOS E GASES		
46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4´), inclusive conexões	M	5000
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1´), inclusive conexões	M	2000
46.01.040	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 40 mm, (1 1/4´), inclusive conexões	M	1000
46.01.050	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 50 mm, (1 1/2´), inclusive conexões	M	1000
46.01.060	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2´), inclusive conexões	M	1000
46.01.070	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 75 mm, (2 1/2´), inclusive conexões	M	1000
46.01.080	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 85 mm, (3´), inclusive conexões	M	1000
46.01.090	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 110 mm, (4´), inclusive conexões	M	1000
46.02	Tubulacao em PVC rigido branco para esgoto domiciliar		
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	1000
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	1000
46.02.060	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	1000
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	1000
46.08	Tubulacao em aco carbono galvanizado classe schedule		
46.08.010	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3/4´, inclusive conexões	M	3000
46.08.020	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1´, inclusive conexões	M	1000
46.08.030	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1 1/4´, inclusive conexões	M	1000
	Tubo galvanizado sem costura schedule 40,		

46.08.040	DN= 1 1/2', inclusive conexões	M	1000
46.08.050	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2', inclusive conexões	M	1000
46.08.070	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2 1/2', inclusive conexões	M	1000
46.08.080	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3', inclusive conexões	M	1000
46.08.100	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 4', inclusive conexões	M	1000
46.10	Tubulacao em cobre para agua quente, gas e vapor		
46.10.010	Tubo de cobre classe A, DN= 15mm (1/2'), inclusive conexões	M	3000
46.10.020	Tubo de cobre classe A, DN= 22mm (3/4'), inclusive conexões	M	3000
46.10.030	Tubo de cobre classe A, DN= 28mm (1'), inclusive conexões	M	1000
49.01.016	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha	UN	600
49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	400
PAVIMENTAÇÃO			
54.03.221	Restauração de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	900
55.01	LIMPEZA DE OBRA		
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	3238,44
55.01.140	Limpeza de superfície com hidrojateamento	M2	9580
CLIMATIZAÇÃO			
61.10.200	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 637 m³/h, capacidade de refrigeração 14.000 Btu/h - 1,2 TR	UN	60
61.10.210	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.215 m³/h, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	30
61.10.220	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.758 m³/h, capacidade de refrigeração 36.000 Btu/h - 3,0 TR	UN	30
61.10.230	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 2.166 m³/h, capacidade de refrigeração 48.000 Btu/h - 4,0 TR	UN	20
61.10.250	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo cassete, capacidade de refrigeração 20.000 Btu/h - 1,6 TR	UN	20
61.10.260	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo cassete, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	20
61.10.270	Tratamento de ar compacta fancolete hidrônico tipo cassete, capacidade de refrigeração 32.000 Btu/h - 2,6 TR	UN	20
	Duto flexível aluminizado, seção circular de		

61.10.300	10cm (4´)	M	400
61.10.310	Duto flexível aluminizado, seção circular de 15cm (6´)	M	400
61.10.320	Duto flexível aluminizado, seção circular de 20cm (8´)	M	400
61.10.401	Damper de regulação manual, tamanho: 0,10 m² a 0,14 m²	M2	20
61.10.402	Damper de regulação manual, tamanho: 0,15 m² a 0,20 m²	M2	20
61.10.403	Damper de regulação manual, tamanho: 0,21 m² a 0,40 m²	M2	20
61.10.511	Difusor para insuflamento de ar com plenum, multivias e colarinho	M2	20
61.10.574	Grelha de retorno/exaustão com registro, tamanho: 0,03 m² a 0,06 m²	M2	40
61.10.581	Veneziana com tela e filtro G4	M2	40
61.14.050	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 8.800 m³/h, pressão 35 mmCA - 220 /380 V / 60Hz	UN	20
61.14.051	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 10.000 m³/h, pressão 30 mmCA - 220 /380 V / 60Hz	UN	20
61.14.070	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.710 m³/h, pressão 35 mmCA - 220 /380 V / 60Hz	UN	20
61.14.080	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.190 m³/h, pressão 37 mmCA - 220 /380 V / 60Hz	UN	20
61.14.100	Ventilador centrífugo de dupla aspiração "limite-load", vazão 20.000 m³/h, pressão 50 mmCA - 380/660 V / 60 Hz	UN	20
61.15	Controles para Fan-Coil e CAG		
61.15.010	Fonte de alimentação universal bivolt com saída de 24 V - 1,5 A - 35 W	UN	220
61.15.030	Transformador abaixador, entrada 110/220V, saída 24V+24V, corrente secundário 6A	UN	220
61.15.040	Atuador Floating de 40Nm, sinal de controle 3 e 2 pontos, tensão de entrada AC/DC 24V, IP 54	UN	220
61.15.050	Válvula motorizada esfera, com duas vias atuador floating, diâmetro 3/4´ a 1 1/2´	UN	220
61.15.060	Válvula de balanceamento diâmetro 1´ a 2 1/2´	UN	220
61.15.080	Válvula duas vias on/off retorno elétrico diâmetro 1/2´ a 3/4´	UN	220
61.15.100	Atuador proporcional de 10 Nm, tensão de entrada AC/DC 24 V - IP 54	UN	220
61.20.100	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil´, diâmetro de 1/2´	CJ	220
61.20.110	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil´, diâmetro de 3/4´	CJ	220
61.20.120	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil´, diâmetro de 1´	CJ	220
61.20.130	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado ´fancoil´, diâmetro de 1 1/4´	CJ	220

4. Requisitos da contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Antes do início de cada obra, após receber a Ordem de Serviço, deverá ser apresentado pela CONTRATADA para aprovação do Gestor do Contrato, o Plano de Sustentabilidade para execução da obra;

4.1.2. Após a aprovação pelo gestor da Obra, do Plano de Sustentabilidade o mesmo deverá ser fiscalizado em todos os seus detalhes;

4.2. Não é admitida a subcontratação.

4.3. Na contratação decorrente da Ata de Registro de Preços, poderá ser exigida garantia de execução contratual, a critério da Administração, mediante previsão no edital e no instrumento contratual, no percentual de 5% do valor do contrato, observados os arts. 96 e 98 da Lei 14.133/2021, como medida de resguardo ao fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.

4.4. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - **A garantia em dinheiro.** A garantia deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - **Caução em títulos da dívida pública.** Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - **Fiança bancária.** Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - **Seguro-garantia.** A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - **Título de capitalização.** Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.6. Avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor Eng. Claudemir Savio para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 16:00 horas, para ser agendado pelo telefone (11) 4573-8916, ou por e-mail claudemir.savio@iamspe.sp.gov.br e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

4.7 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.8 Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.10. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco

alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições de execução

5.1.1. O valor global do contrato firmado com o vencedor da licitação não garante a **CONTRATADA** a execução dos serviços nas quantidades totais, estimadas na Planilha Quantitativa e Descritiva, somente serão pagas as quantidades e valores das planilhas que acompanharão as respectivas Ordens de Serviço emitidas pelo gestor.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão realizados nas dependências do **IAMSPE** em diversos locais situados no complexo **do HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE** e do **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, mediante o regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**.

5.2.2. Os serviços serão realizados das 8:00 às 22:00 hora, de segunda a domingo.

5.3. Remoção e Transporte do Material Residual

5.3.1. Os locais serão entregues em perfeito estado de limpeza e conservação. Todo o entulho deverá ser removido pela **CONTRATADA** diariamente e no término dos serviços, observando os seguintes cuidados:

1. ensacamento do entulho para deslocar de local demolido à caçamba coleta;
2. limpeza diária das áreas trafegadas;
3. disposição de caçamba coletora de entulho;
4. Efetuar o transporte de todo o material residual decorrente da prestação dos serviços para "bota-fora", deixando o local livre e desimpedido de qualquer resíduo de material ao final da prestação dos serviços.

5.4 Instalação e Recursos

5.4.1 A **CONTRATANTE** disponibilizará à **CONTRATADA** durante a vigência do Contrato e exclusivamente para esta finalidade os recursos que seguem relacionados, cujos custos estarão sob sua responsabilidade:

1. Estrutura física contendo sanitários masculino, feminino e área para troca de roupas e para guarda de materiais.
2. Local seguro e apropriado para guarda dos equipamentos da **CONTRATADA**, não se responsabilizando por quebras, desaparecimentos, avarias ou roubos.
3. Energia elétrica em redes com entradas para 110V e 220V.
4. Linha telefônica para utilização de ramal interno no HSPE ou chamadas locais, sendo vetado o uso para ligações interurbanas e internacionais.

5.5. Garantias dos Serviços

Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Gestor do Contrato por parte do **IAMSPE** poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a emissão da **ORDEM DE SERVIÇO** de cada obra, o Gestor poderá *convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.6. A **CONTRATADA** designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A **CONTRATADA** deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Gestor do IAMSPE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor, formalmente indicado pelo **IAMSPE** (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.10. O Gestor do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. O Gestor do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o Gestor do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.13. O gestor do contrato, e demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Gestor do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII)

6.16. O Gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o Gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando as autoridades competentes para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. O gestor do Contrato fará avaliação da execução do objeto e realizará a medição dos serviços executados conforme previsto no cronograma de execução.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a **CONTRATADA** apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no cronograma físico-financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.3. A **CONTRATADA** também apresentará, a cada medição:

- quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA
- quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;
- quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;
- quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;
- as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando for o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.3.1. Caberá ao Gestor do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas no subitem anterior, quando o caso.

7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o Gestor do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório.

7.5. A **CONTRATADA** fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências.

7.5.1. O Gestor não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo Gestor do contrato, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

7.7.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.3. Comunicar a **CONTRATADA** para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **CONTRATADA**, por escrito, as respectivas correções;

7.9. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.10. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa.

7.11. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela **CONTRATADA**, de inconsistências verificadas na execução do objeto.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha, conforme Decreto Estadual nº 67.608 de 2023, art 2º Inciso II.

7.15. No caso de atraso pelo IAMSPE, os valores devidos à **CONTRATADA** serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art 2º, inciso III do Decreto 67.608 de 2023).

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente da **CONTRATADA** no Banco do Brasil S/A.

7.16.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.18.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o

pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com fundamento nos artigos 17, 18, inciso I, do artigo 28, inciso IV do artigo 78 e artigos 82 a 86 da Lei Federal 14.133/21 e Decreto Estadual nº 67.608/2023, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR VALOR GLOBAL**, mediante a somatória dos valores totais de cada item constante da **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**.

8.1.1 - O regime de execução das obras, conforme previsto no item 3.7 deste **TR** será por **PREÇOS UNITÁRIOS**.

8.2. Forma de fornecimento

8.2.1. O fornecimento do objeto será **INTEGRAL**, para cada **ORDEM DE SERVIÇOS** emitida advindo da Ata de Registro de Preços.

8.3. Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4. Habilitação jurídica

8.4.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.2.. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);

8.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.6.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. Qualificação Econômico-Financeira

8.6.8 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea

“c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.6.9. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8.21.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

Qualificação Técnica

8.22. **Apresentar** declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais

8.22.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.23. A empresa licitante deverá comprovar sua regularidade junto ao **CREA**, mediante a apresentação dos documentos abaixo:

8.23.1 **Apresentar** Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA** , comprovando a regularidade da licitante junto àquele órgão, e que a mesma está apta a atuar no seu ramo de atividade;

8.23.2 **Apresentar** Certidão do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA**, comprovando a regularidade do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s), com habilitação em engenharia, conforme Resolução 218/73, do CONFEA

8.24. **Apresentar** declaração que possuirá, quando da convocação para assinatura do contrato, dos responsáveis técnicos com habilitação em engenharia.

8.25. No caso do licitante com registro de outro Estado, deverá apresentar, quando da convocação para assinatura do contrato, o visto de registro pelo do CREA de São Paulo sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital

8.26 Para **COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL** a empresa licitante deverá **apresentar** Atestados de Capacidade Técnica Operacional, comprovando ter executado serviços com características, quantidades e prazos semelhantes aos que estão sendo exigidos neste TR, ou seja.

8.26.1. **Comprovar** ter executado projeto com no mínima de 10.000 m².

8.26.2. **Comprovar** ter executado obra civil em área hospitalar com no mínimo 10.000 m² de área

8.26.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato:

8.27. Para **COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL**, a empresa licitante deverá **apresentar** atestados capacidade técnica profissional em nome dos responsáveis técnicos previstos no item 8.23.2, conforme constam dos artigos 8º e 9º da Resolução 218/73, do CONFEA). A comprovação poderá ser através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídicas(s) de direito público ou privado, ou através de Certidão de Acervo Técnico (CAT), comprovando experiência na execução dos serviços semelhantes aos previstos no objeto deste TR.

8.27.1. Os profissionais detentores dos atestados apresentados para comprovar a **CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL**, deverão compor quadro de pessoal da licitante, cuja demonstração pode ser realizada por apresentação do contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, ou, no caso de prestador de serviços, o contrato de prestação de serviços.

8.27.2. Os profissionais indicados pela licitante, deverão participar dos serviços, admitindo-se sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada

8.28. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.29. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. É vedada a participação de cooperativas neste certame.

Outras comprovações

8.31. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;*

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;

9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Neste processo existe a necessidade de sigilo para que, entre os licitantes, haja estímulo de se apresentar propostas reais de preços, de acordo com os seus custos efetivos e dificultar a participação de empresas sem expertise, com menor capacidade de planejamento ou]responsabilidade técnica na confecção das propostas. Com isso, esperamos selecionar a proposta mais vantajosa para a administração]

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado, constando a fonte de recursos, programa de trabalho, elemento de despesa presentes da Nota de Reserva correspondente as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LINDOLFO VILASBOAS FILHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 09:38:52.

CLAUDEMIR ERMELINDO ALCINO SAVIO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 13:56:27.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo 1 _ MODELO PLANILHA ORCAMENTARIA GLOBAL.ods (53.21 KB)
- Anexo II - Anexo 2 _ Modelo ordem de servico.pdf (33.37 KB)



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual
Cedep - Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa
Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - CEP: 04029-000 - Tel: 4573-8000

ORDEM DE SERVIÇO

NOME DA CONTRATADA		NÚMERO ORDEM DE SERVIÇO	
RESPONSÁVEL CONTRATADA		TELEFONE	
LOCAL DO SERVIÇO		ORDEM RECEBIDA POR	
DATA DO PEDIDO		DATA DE INÍCIO ESPERADA	DATA DE TÉRMINO ESPERADA
TRABALHO AUTORIZADO POR		ASSINATURA	
TRABALHO DESCRIÇÃO			
VALOR DA OBRA			

Planilha Orçamentária Global						
REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL
01.02.071	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída até 1.000 m²	UN	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.081	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 1.001 a 2.000 m²	UN	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.091	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 2.001 a 5.000 m²	UN	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.101	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 5.001 a 10.000 m²	UN	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.02.111	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída acima de 10.000 m²	UN	5		R\$ 0,00	R\$ 0,00
B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	HR	1000		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	PROJETOS					
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.161	Projeto executivo de climatização em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.171	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A1	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.17.181	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A0	UN	50		R\$ 0,00	R\$ 0,00
	TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E TRABALHOS ESPECIAIS EM CONCRETO					
01.23.020	Limpeza de armadura com escova de aço	M2	1.437,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.23.030	Preparo de ponte de aderência com adesivo a base de epóxi	M2	1.437,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.23.056	Tratamento de armadura com produto anticorrosivo a base de zinco	M2	1.437,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.23.060	Corte de concreto deteriorado inclusive remoção dos detritos	M2	1.437,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
01.23.070	Demarcação de área com disco de corte diamantado	M	485,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.02	CONTAINER				R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictrórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	10,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	TAPUME E PROTEÇÃO					
02.03.030	Proteção de superfícies em geral com plástico bolha	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	M2	5548,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	M2	411,3	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	M2	132	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.200	Locação de quadros metálicos para plataforma de proteção, inclusive o madeiramento	M2 x mês	851,5	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.03.260	Tapume fixo em painel OSB - espessura 10 mm	M2	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ANDAIME E BALANÇIM					
02.05.100	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura superior a 10 m	M2	5548,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.05.195	Balançim elétrico tipo plataforma para transporte vertical, com altura até 60 m	UNMES	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.05.212	Andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2 x mês	13870,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	SINALIZAÇÃO DE OBRA				R\$ 0,00	R\$ 0,00
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Demolição de concreto				R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.01.230	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.01.250	Demolição mecanizada de pavimento ou piso em concreto, inclusive fragmentação e acomodação do material	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA					
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	14778,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	M2	7380,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	7445,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	M	2460	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.05.020	Demolição manual de revestimento sintético, incluindo a base	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	DEMOLIÇÃO ASFALTO					
03.07.070	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive acomodação do material	M2	6000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	DEMOLIÇÃO DE FORRO E DIVISÓRIA				R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.08.040	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/tarugamento	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	M2	2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	1431,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.09.040	Demolição manual de argamassa regularizante, isolante ou protetora e papel Kraft	M2	1431,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusive apoio	M	156,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	9580	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.02.050	Retrada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE TELHAS					
04.03.020	Retrada de telhamento em barro	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.03.080	Retrada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE REVESTIMENTO SINTÉTICO					
04.06.010	Retrada de revestimento em lambris metálicos	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.06.020	Retrada de piso em material sintético assentado a cola	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.06.040	Retrada de degrau em material sintético assentado a cola	M	1500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.06.060	Retrada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	2460	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.06.100	Retrada de piso elevado telescópico metálico, inclusive estrutura de sustentação	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.07.020	Retrada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	M2	3750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE ESQUADRIA DE MADEIRA					R\$ 0,00
04.08.020	Retrada de folha de esquadria em madeira	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICA					R\$ 0,00
04.09.020	Retrada de esquadria metálica em geral	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.09.040	Retrada de folha de esquadria metálica	UN	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.09.060	Retrada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE METAIS HIDRÁULICOS					
04.11.020	Retrada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE VIDROS					
04.14.020	Retrada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.14.040	Retrada de esquadria em vidro	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	RETIRADA DE COMPONENTES ELÉTRICOS					
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

04.20.020	Remoção de janela de ventilação, iluminação ou ventilação e iluminação padrão	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.21.060	Remoção de perfilado	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.22.200	Remoção de vergalhão	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RETIRADA EM INSTALAÇÃO HIDRÁULICA						
04.30.020	Remoção de calha ou rufo	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.30.040	Remoção de condutor aparente	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO, DENTRO E FORA DA OBRA						
05.04	Transporte de material solto			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	14778,63	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	88,78	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
05.07.060	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material rejeitado e misturado por vegetação, isopor, manta asfáltica e lá de vidro	M3	74,43	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORMA EM MADEIRA COMPENSADA						
09.02.040	Forma plana em compensado para estrutura aparente	M2	191,6	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ARMADURA E CORDOALHA ESTRUTURAL						
10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	2700	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONCRETO, MASSA E LASTRO						
11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	9,58	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	57,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	156,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11.20.120	Reparo superficial com argamassa polimérica (txotrópica), bicomponente	M3	43,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
11.20.130	Tratamento de fissuras estáveis (não ativas) em elementos de concreto	M	180	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ALVENARIA EM TUIOLO						
14.10.101	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 9 x 19 x 39 cm - classe C	M2	7830,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14.10.111	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 14 x 19 x 39 cm - classe C	M2	65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DIVISÓRIA E FECHAMENTO						
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14.30.230	Divisória painel/vidro/vidro tipo naval, acabamento em laminado fenólico melamínico, com espessura de 3,5 cm	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14.30.842	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado simples, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
ESTRUTURA DE MADEIRA PARA TELHADO						
15.01.210	Estrutura pontaleada para telhas de barro	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15.01.220	Estrutura pontaleada para telhas onduladas	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15.01.310	Estrutura em terças para telhas de barro	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15.01.320	Estrutura em terças para telhas perfil e material qualquer, exceto barro	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TELHAMENTO						
16.02.020	Telha de barro tipo francesa	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16.02.120	Emboçamento de beiral em telhas de barro	M	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16.02.230	Cumeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	M	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REVESTIMENTO EM MASSA OU FUNDIDO NO LOCAL						
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	57,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17.02.020	Chapisco	M2	7660,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
17.02.220	Reboco	M2	7530,15	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REVESTIMENTO CERÂMICO						
18.06.102	Placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção B1b, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18.06.103	Rodapé em placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção B1b, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
REVESTIMENTO VINILICO						
21.02.050	Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
21.02.071	Revestimento vinílico em manta, espessura total de 2mm, resistente a lavagem com hipoclorito	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
RODAPÉ SINTÉTICO						
21.10.061	Rodapé para piso vinílico em PVC, espessura de 2 mm e altura de 5 cm, curvo/plano, com impermeabilizante acrílico	M	2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORRO EM GESSO						
22.02.010	Forro em placa de gesso liso fixo	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22.03	Forro sintético			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22.03.122	Forro em fibra mineral NRC 0.85, em placas acústicas removíveis de 625mm x 1250mm	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
22.03.140	Forro em fibra mineral NRC 0.65, em placas acústicas removíveis de 625mm x 625mm	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PORTA EM LAMINADO LISO						
23.04.090	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 70 x 210 cm	UN	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.04.100	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 80 x 210 cm	UN	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.04.110	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 90 x 210 cm	UN	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.04.120	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 120 x 210 cm	UN	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.04.130	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 140 x 210 cm	UN	750	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.04.140	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 220 x 210 cm	UN	500	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
MARcenARIA EM GERAL						
23.08.040	Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras	M2	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
23.08.080	Prateleira sob medida em compensado, revestida nas duas faces em laminado fenólico melamínico	M2	4000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CAIXILHO EM ALUMINIO						
25.01.020	Caixilho em alumínio fixo, sob medida	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
25.01.030	Caixilho em alumínio basculante com vidro, linha comercial	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CORRIMÃO, BATE-MACA						
27.04.040	Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto, altura de 131 mm	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27.04.050	Protetor de parede ou bate-maca em PVC flexível, com amortecimento à impacto, altura de 150 mm	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27.04.051	Faixa em vinil para proteção de paredes, com amortecimento à alto impacto, altura de 400 mm	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
27.04.052	Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28.01.040	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta interna com 1 folha	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28.01.080	Ferragem adicional para porta vão simples em divisória	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
28.01.090	Ferragem adicional para porta vão duplo em divisória	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
BARRA DE APOIO						
30.01.020	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 500 mm	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.061	Barra de apoio lateral para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4", comprimento 25 a 30 cm	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.080	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, comprimento de 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.090	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio de 800 x 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.110	Barra de proteção para sifão, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, acabamento com pintura epóxi	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4" x 400 mm	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.01.130	Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04	Revestimento			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.020	Revestimento sintético de borracha ou PVC colorido, para sinalização tátil de alerta / direcional - colado	M2	5.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25cm), assentado com argamassa mista	M2	3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.040	Faixa em policarbonato para sinalização visual fotoluminescente, para degraus, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.070	Rejuntamento de piso em ladrilho hidráulico (25x25cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas de 2 mm	M2	1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.04.090	Sinalização visual de degraus com pintura esmalte epóxi, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	COMUNICAÇÃO VISUAL E SONORA					
30.06.010	Placa para sinalização tátil (início ou final) em braille para corrimão	UN	1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.020	Placa para sinalização tátil (pavimento) em braille para corrimão	UN	1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.050	Tinta acrílica para sinalização visual de piso, com acabamento microtexturizado e antiderrapante	M	1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.064	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, sistema sem fio (Wireless), para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.090	Placa de identificação para estacionamento, com desenho universal de acessibilidade, tipo pedestal	UN	100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.100	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento	UN	100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.110	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento, com faixas demarcatórias	UN	100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.124	Sinalização com pictograma autoadesivo em policarbonato para piso 80 cm x 120 cm - área de resgate	UN	100,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.132	Placa de sinalização tátil em poliestireno com alto relevo em braille, para identificação de pavimentos	UN	1.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.061	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
30.06.080	Placa de identificação em alumínio para WC, com desenho universal de acessibilidade	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ELEVADOR E PLATAFORMA					
30.14.040	Plataforma para elevação até 2,00 m, nas dimensões de 900 x 1400 mm, capacidade de 250 kg - percurso superior a 1,00 m de altura	CJ	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ISOLAMENTO TÉRMICO EM ESPUMA ELASTOMÉRICA, ESPESSURA DE 19 A 26 MM, PARA TUBULAÇÃO DE 1 1/2" (FERRO)			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
32.07.120	Mangueira plástica flexível para junta de dilatação	M	156,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.07.160	Junta de dilatação elástica a base de poliuretano	CM3	62608	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.150	Proteção para isolamento térmico em alumínio	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.200	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1/2" (15 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.210	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 3/4" (22 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1" (28 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.230	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/4" (35 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.240	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/2" (42 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.250	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 2" (54 mm)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/4" (cobre)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.290	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 5/8" (cobre) ou 1/4" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.300	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1" (cobre)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.310	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 7/8" (cobre) ou 1/2" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.320	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/8" (cobre) ou 3/4" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.330	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 3/8" (cobre) ou 1" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.340	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 5/8" (cobre) ou 1 1/4" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.350	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/2" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.360	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.370	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2 1/2" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.380	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3 1/2" (cobre) ou 3" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.390	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 4" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.400	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 5" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.410	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 6" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6"	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.430	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/8" (cobre) ou 1/8" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.11.440	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/4" (cobre) ou 3/8" (ferro)	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.15.040	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 4 mm	M2	1431,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
32.20.020	Aplicação de papel Kraft	M2	1431,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	PINTURA E MASSA CORRIDA					
33.01.040	Estucamento e fixamento de concreto deteriorado	M2	9580	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	20000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.03.750	Verniz acrílico	M2	9580	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.10.041	Esmalte à base de água em massa, inclusive preparo	M2	20000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	1700	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.10.060	Epóxi em massa, inclusive preparo	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.11.050	Esmalte à base de água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	QUADRO DE ENERGIA/TELEFONIA					
37.01.020	Quadro Telebrás de embutir de 200 x 200 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
37.01.160	Quadro Telebrás de embutir de 800 x 800 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

37.01.220	Quadro Telebrás de embutir de 1200 x 1200 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.040	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.060	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.080	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/4" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.100	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/2" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.120	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.140	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2 1/2" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.160	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.01.180	Eletroduto de PVC rígido roscável de 4" - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04	Eletroduto rígido em aço carbono galvanizado com acessórios - NBR 13057			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.080	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/4" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.120	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.160	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.04.180	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 4" com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8" (tirante)	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.216	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 5/16" (tirante)	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.310	Perfilado perfurado 38 x 76 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.07.340	Perfilado liso 38 x 38 mm - com acessórios	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.024	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 4 x 25 x 70 mm, sem cruzadora	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.026	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 12 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.030	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 16 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.060	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 2 x (25 x 70 mm)	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.070	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 3 x (25 x 70 mm)	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.10.080	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 4 x (25 x 70 mm)	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.12	Leitos e acessórios					
38.12.086	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 300 x 100 mm - com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.12.090	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 400 x 100 mm - com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.12.100	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 600 x 100 mm - com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.12.120	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 500 x 100 mm - com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.12.130	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 800 x 100 mm - com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13	Eletroduto em polietileno de alta densidade					
38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.030	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 75 mm, com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.040	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 100 mm, com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
38.13.060	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 150 mm, com acessórios	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39	CONDUTOR E ENFIAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA E TELEFONIA					
39.02.016	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	30000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39.02.030	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39.02.040	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Telefonia Cabos					
39.12.510	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39.12.520	Cabo de cobre flexível blindado de 3 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
39.12.530	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 2,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ELÉTRICA					
40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4" x 4"	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.020	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 100 x 100 x 80 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.080	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 300 x 300 x 120 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.100	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 400 x 400 x 150 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.02.120	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 500 x 500 x 150 mm	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.04	Tomadas					
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.04.490	Conjunto 2 interruptores simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.04.492	Conjunto 4" x 4" de 1 interruptor simples, 1 tomada universal e 1 tomada de 3 polos	CJ	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06	Conduletes			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
40.06.040	Condulete metálico de 3/4"	CJ	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.060	Condulete metálico de 1"	CJ	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.080	Condulete metálico de 1 1/4"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.100	Condulete metálico de 1 1/2"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.120	Condulete metálico de 2"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.140	Condulete metálico de 2 1/2"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

40.06.160	Condulete metálico de 3"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.06.170	Condulete metálico de 4"	CJ	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.07	Caixa de passagem em PVC			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
40.07.010	Caixa em PVC de 4" x 2"	UN	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.07.020	Caixa em PVC de 4" x 4"	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
40.07.040	Caixa em PVC octogonal de 4" x 4"	UN	2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	ILUMINAÇÃO					
41.02.541	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 900 até 1050 lm - 9 a 10 W	UN	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20 W	UN	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.04.020	Receptáculo de porcelana com parafuso de fixação com rosca E-27	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.07.450	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica "3U", base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	UN	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Luminárias					
41.14.070	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32 W	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com difusor translúcido, para 2 lâmpadas fluorescentes de 28 W/32 W/36 W/54 W	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.14.210	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta com aletas planas, para 2 lâmpadas fluorescentes compactas de 18 W/26 W	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.14.390	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, com refletor em alumínio de alto brilho, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 32 W/36 W	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
41.14.430	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta, com refletor e aleta parabólicas em alumínio de alto brilho, para 4 lâmpadas fluorescentes de 14 W/16 W/18 W	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	CHUVEIROS					
43.02.100	Chuveiro com jato regulável em metal com acabamento cromado	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44	SANITÁRIOS					
44.01.040	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada e tampa - infantil	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.01.110	Lavatório de louça com coluna	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.02	Bancadas e tampos			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.02.062	Tampo/bancada em granito, com frontão, espessura de 2 cm, acabamento polido	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.02.100	Tampo/bancada em mármore nacional espessura de 3 cm	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.02.200	Tampo/bancada em concreto armado, revestido em aço inoxidável fosco polido	M2	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.03.300	Torneira clínica com volante tipo alavanca	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.03.315	Torneira de mesa com bica móvel e alavanca	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.03.920	Ducha higiênica com registro	UN	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	Aparelhos em Aço Inox					
44.06.250	Cuba em aço inoxidável simples de 300 x 140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.300	Cuba em aço inoxidável simples de 400x340x140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.310	Cuba em aço inoxidável simples de 465x300x140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.330	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x400mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.360	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x200mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.370	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x250mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.400	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x300mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.410	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x300mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.470	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x350mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.520	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x400mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.570	Cuba em aço inoxidável simples de 700x600x450mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.600	Cuba em aço inoxidável simples de 1400x600x500mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.610	Cuba em aço inoxidável simples de 1100x600x400mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.700	Cuba em aço inoxidável dupla de 715x400x140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.710	Cuba em aço inoxidável dupla de 835x340x140mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.06.750	Cuba em aço inoxidável dupla de 1020x400x250mm	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1"	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2"	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.130	Tubo de ligação para mictório, DN= 1/2"	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.150	Acabamento cromado para registro	UN	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.300	Bolsa para bacia sanitária	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.390	Válvula de PVC para lavatório	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.620	Válvula americana	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2"	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
44.20.650	Válvula de metal cromado de 1"	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01	TUBULAÇÃO E CONDUTORES PARA LIQUIDOS E GASES					
46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	5000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1"), inclusive conexões	M	2000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.040	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 40 mm, (1 1/4"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.050	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 50 mm, (1 1/2"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.060	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.070	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 75 mm, (2 1/2"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.080	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 85 mm, (3"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.01.090	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 110 mm, (4"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.02	Tubulacao em PVC rígido branco para esgoto domiciliar			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.02.060	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08	Tubulacao em aço carbono galvanizado classe schedule			R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.010	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3/4", inclusive conexões	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.020	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.030	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1 1/4", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.040	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1 1/2", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.050	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.070	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2 1/2", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.080	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.08.100	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 4", inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.10	Tubulacao em cobre para agua quente, gas e vapor			R\$ 0,00	R\$ 0,00	
46.10.010	Tubo de cobre classe A, DN= 15mm (1/2"), inclusive conexões	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

46.10.020	Tubo de cobre classe A, DN= 22mm (3/4"), inclusive conexões	M	3000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
46.10.030	Tubo de cobre classe A, DN= 28mm (1"), inclusive conexões	M	1000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
49.01.016	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha	UN	600	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	PAVIMENTAÇÃO					
54.03.221	Restauração de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	900	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
55.01	LIMPEZA DE OBRA					
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	3238,44	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
55.01.140	Limpeza de superfície com hidrojetamento	M2	9580	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	CLIMATIZAÇÃO					
61.10.200	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 637 m³/h, capacidade de refrigeração 14.000 Btu/h - 1,2 TR	UN	60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.210	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.215 m³/h, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.220	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.758 m³/h, capacidade de refrigeração 36.000 Btu/h - 3,0 TR	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.230	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 2.166 m³/h, capacidade de refrigeração 48.000 Btu/h - 4,0 TR	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.250	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 20.000 Btu/h - 1,6 TR	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.260	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.270	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 32.000 Btu/h - 2,6 TR	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.300	Duto flexível aluminizado, seção circular de 10cm (4")	M	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.310	Duto flexível aluminizado, seção circular de 15cm (6")	M	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.320	Duto flexível aluminizado, seção circular de 20cm (8")	M	400	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.401	Damper de regulação manual, tamanho: 0,10 m² a 0,14 m²	M2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.402	Damper de regulação manual, tamanho: 0,15 m² a 0,20 m²	M2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.403	Damper de regulação manual, tamanho: 0,21 m² a 0,40 m²	M2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.511	Difusor para insuflamento de ar com plenum, multivias e colarinho	M2	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.574	Grelha de retorno/exaustão com registro, tamanho: 0,03 m² a 0,06 m²	M2	40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.10.581	Veneziana com tela e filtro G4	M2	40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.14.050	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 8.800 m³/h, pressão 35 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.14.051	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 10.000 m³/h, pressão 30 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.14.070	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.710 m³/h, pressão 35 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.14.080	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.190 m³/h, pressão 37 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.14.100	Ventilador centrífugo de dupla aspiração "limite-load", vazão 20.000 m³/h, pressão 50 mmCA - 380/660 V / 60 Hz	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15	Controles para Fan-Coil e CAG					
61.15.010	Fonte de alimentação universal bivolt com saída de 24 V - 1,5 A - 35 W	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.030	Transformador abaixador, entrada 110/220V, saída 24V+24V, corrente secundário 6A	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.040	Atuador Floating de 40Nm, sinal de controle 3 e 2 pontos, tensão de entrada AC/DC 24V, IP 54	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.050	Válvula motorizada esfera, com duas vias atuador floating, diâmetro 3/4" a 1 1/2"	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.060	Válvula de balanceamento diâmetro 1" a 2 1/2"	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.080	Válvula duas vias on/off retorno elétrico diâmetro 1/2" a 3/4"	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.15.100	Atuador proporcional de 10 Nm, tensão de entrada AC/DC 24 V - IP 54	UN	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.20.100	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1/2"	CJ	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.20.110	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 3/4"	CJ	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.20.120	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1"	CJ	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.20.130	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1 1/4"	CJ	220	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	10000	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
				CUSTO TOTAL=		R\$ 0,00



SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL
Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual
Cedep - Centro de Desenvolvimento de Ensino e Pesquisa
Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino - CEP: 04029-000 - Tel: 4573-8000

ORDEM DE SERVIÇO

NOME DA CONTRATADA		NÚMERO ORDEM DE SERVIÇO	
RESPONSÁVEL CONTRATADA		TELEFONE	
LOCAL DO SERVIÇO		ORDEM RECEBIDA POR	
DATA DO PEDIDO		DATA DE INÍCIO ESPERADA	DATA DE TÉRMINO ESPERADA
TRABALHO AUTORIZADO POR		ASSINATURA	
TRABALHO DESCRIÇÃO			
VALOR DA OBRA			

Governo do Estado de São Paulo
Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual

Portaria IAMSPE nº 29, de 27 de novembro de 2025

A Superintendente do Iamspe, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 8º, item XXV do Regimento Interno (Portaria Iamspe nº119 de 22 de outubro de 1970) e,

Considerando que a Lei Federal nº 14.133/2021, doravante denominada **LLCA**, consiste na nova norma geral de licitações e contratações públicas, editada pela União dentro da competência prevista no artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal, em substituição às Leis Federais nºs. 8.666/1993 e 10.520/2002 e Artigos 1º a 47ª da 12.462/2011 e,

Considerando a necessidade de estabelecer normas para aplicação das multas previstas no inciso II do artigo 156 da **LLCA** e,

Considerando o entendimento da Subprocuradoria da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo quanto às Autarquias poderem em relação às suas contratações, disciplinar a aplicação de sanções administrativas em edital ou contrato, bem como editar ato normativo para dispor sobre a matéria (§ 3º do Artigo 156 da **LLCA**).

RESOLVE:

Baixar a presente Portaria para disciplinar a aplicação de penalidades administrativas no âmbito do Iamspe:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação das penalidades de natureza pecuniária e de advertência a que se referem os Artigos 155 e 156, incisos I e II da **LLCA** obedecerão às normas estabelecidas nesta Portaria.

Artigo 2º - As penalidades serão aplicadas em observância aos princípios que regem a Administração Pública, conforme dispõe o “caput” do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando ainda os princípios da

razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - A apuração das infrações elencadas no Artigo 155 da **LLCA** será aplicada somente após o regular processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da contratada.

§ 1º - É facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de sua intimação, que se fará nos termos previstos no Artigo 4º desta Portaria.

§ 2º - No caso de aplicação de sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública deverá ser instaurado processo de responsabilização a ser conduzido nos termos do Artigo 158 da **LLCA**.

§ 3º - As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública são passíveis de reabilitação na forma prevista no Artigo 163 da **LLCA**.

Artigo 4º - A intimação do licitante ou contratado acerca da instauração do processo sancionatório, inclusive para efeitos de fixação da data inicial do prazo para manifestação, se fará por Ofício de Notificação, cuja entrega poderá se dar via:

I- Mensagem eletrônica enviada para o endereço eletrônico (e-mail) que conste no banco de dados cadastrais do CAUFESP ou SICAF.

II- CORREIOS, com Aviso de Recebimento.

III- Retirada pessoalmente efetuada pelo responsável/procurador do interessado junto ao Iamspe.

IV- Qualquer outro meio documental em que se possa confirmar a ciência do notificado.

§ 1º - Quando as notificações forem efetuadas por meio eletrônico, caso não haja confirmação expressa de recebimento por parte da Contratada, o prazo estabelecido no parágrafo 1º do Artigo 3º desta Portaria será contado a partir da data do envio do respectivo Ofício, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento.

§ 2º - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quanto ao início de processo sancionatório para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do Artigo 137, §4º da **LLCA**.

CAPÍTULO II

DAS PENALIDADES

Artigo 5º - Comete infração administrativa, nos termos da **LLCA**, o contratado que:

I- Der causa à inexecução parcial do contrato;

II- Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III- Der causa à inexecução total do contrato;

IV- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII- Apresentar declaração ou documentação falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII- Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

§ 1º - O licitante ou contratado que incidir nas infrações elencadas no Artigo 155 da **LLCA** ficará sujeito às seguintes sanções:

a) Advertência – se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar à imposição de penalidade grave;

b) Impedimento de licitar e contratar – se praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do Artigo 155 da **LLCA** e não se justificar à imposição de penalidade mais grave.

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar - quando praticadas as condutas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* deste artigo, bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido *caput*, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

d) Multa - se praticada qualquer das infrações previstas no artigo 155 da **LLCA**.

§ 2º - Na aplicação das sanções descritas no parágrafo primeiro deste artigo serão consideradas:

a) natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Artigo 6º - A inexecução total ou parcial do contrato e/ou o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, sujeitarão o contratado à aplicação de penalidades de:

I – Advertência;

II – Multa.

§ 1º - As penalidades descritas neste artigo são independentes e cumulativas, não havendo qualquer hierarquia entre elas, podendo ser aplicadas uma e/ou outra, conforme o caso.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não impede a imposição da multa moratória e/ou à extinção do contrato em caso de não oferecimento integral da garantia no prazo ajustado contratualmente, conforme previsto no Artigo 9º desta Portaria.

§ 3º - A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral do dano causado ao IAMSPE.

Artigo 7º - A penalidade de advertência será aplicada pela autoridade competente do IAMSPE por meio de decisão motivada e expressa nos autos e publicada no Diário Oficial, de acordo com os critérios da oportunidade e conveniência, em observância aos princípios da finalidade, economicidade e interesse público.

§ único - O IAMSPE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas pela Autarquia, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - Cnep, instituído no âmbito do Poder Executivo Federal.

Artigo 8º - O atraso na entrega do objeto ou retardamento da execução ou da entrega do objeto sujeitará a contratada à multa moratória de **1% (um por cento)** por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

§ 1º - O A contagem do dia de atraso deverá ser realizada, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado.

Artigo 9º - A infração de inexecução parcial do contrato prevista no inciso I do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará a contratada à multa de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato.

Artigo 10 - O contratado que der causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos, ou ao interesse coletivo, conforme previsto no inciso II do *caput* do 5º desta Portaria se sujeitará a multa compensatória de **10% (dez por cento)** do valor do contrato.

Artigo 11 - A inexecução total do contrato prevista no inciso III do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará o contratado a multa compensatória de **30% (trinta por cento)** do valor do contrato.

Artigo 12 – No caso de serem cometidas as infrações contidas nos incisos IV e V do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará o contratado a multa compensatória de **15% (quinze por cento)** do valor do contrato.

Artigo 13 - A recusa injustificada do vencedor do certame em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracteriza a infração prevista no inciso VI do *caput* do Artigo 5º desta Portaria, sujeitando-o à imposição de multa de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato ou instrumento, sem prejuízo da instauração do procedimento previsto no parágrafo segundo do artigo 3º desta Portaria.

§ único - Se a recusa for motivada em fato impeditivo relevante e superveniente, devidamente reconhecido pela Administração, a multa poderá ser reconsiderada ou convertida em advertência, por decisão do Superintendente, devidamente expressa nos autos e com sua publicação no Diário Oficial.

Artigo 14 - A infração prevista no inciso VII do *caput* do Artigo 5º desta Portaria, ou seja, ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado sujeitará o contratado a multa de **1% (um por cento)** do valor do contrato.

Artigo 15 - As infrações previstas nos incisos VIII a XII do *caput* do Artigo 5º desta Portaria sujeitará a contratada à multa compensatória de **30% (trinta por cento)** do valor do contrato.

Artigo 16 - A inobservância injustificada do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia sujeitará o contratado a multa moratória de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso sobre o valor total da garantia, até o máximo de **2% (dois por cento)**.

§ 1º - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o IAMSPE a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do *caput* do Artigo 137 da **LLCA**, implicando no cancelamento da respectiva Nota de Empenho (total ou saldo remanescente).

§ 2º - A extinção do contrato acima referenciado poderá ensejar, também, na aplicação da multa prevista no artigo 11 desta Portaria, ficando, ainda, facultado ao Superintendente determinar a instauração do procedimento administrativo para aplicação da sanção prevista no parágrafo segundo do artigo 3º desta Portaria.

Artigo 17 - Nos contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caso o contratado deixe de apresentar, no

prazo fixado pela fiscalização contratual, os documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o FGTS, em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, haverá a imposição de multa de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato.

Artigo 18 - Observadas as disposições desta Portaria, o Superintendente só deixará de aplicar a sanção administrativa se verificado que:

I – Não houve a infração ou o notificado não foi seu autor.

II – A infração decorreu de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada pela notificada e reconhecida pela Administração e Superintendente.

Artigo 19 - As multas desta Portaria poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas na **LLCA**, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos instrumentos convocatórios, contratos ou equivalentes.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 20 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo lamspe à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigido na documentação que integrará aquele instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

§ único - O não pagamento das multas nos prazos e formas indicadas implicará no registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial, respeitada a legislação vigente pertinente à matéria.

Artigo 21 - As condutas previstas como infrações administrativas na **LLCA** e em outras leis de licitações e contratos, também tipificadas na Lei nº 12.846/2013 como atos lesivos à Administração Pública, serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na Lei nº 12.846/2013.

Artigo 22 - A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na **LLCA**, ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade

de análise jurídica prévia conforme disposto no artigo 160 da referida Lei.

Artigo 23 - As disposições desta Portaria aplicam-se, também, aos contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 24 – Cópia autêntica desta Portaria deverá, obrigatoriamente, se constituir em anexo integrante dos atos convocatórios dos certames, ou, nos casos de contratações com dispensa ou inexigibilidade de licitação, dos respectivos instrumentos de contrato.

Artigo 25 - Às omissões desta Portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 26 - Esta Portaria entra em vigência na data da sua publicação e revoga as disposições anteriores sobre o tema, notadamente a Portaria Iamspe nº 10/2025, de 17 de fevereiro de 2025.

Maria das Graças Bigal Barboza da Silva
Superintendente do IAMSPE



Documento assinado eletronicamente por **Maria Das Graças Bigal Barboza Da Silva, Superintendente**, em 27/11/2025, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0090544033 e o código CRC 73A9C5AD.

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS – LICITAÇÃO

IAMSPE

(Processo Administrativo nº 147.00001196/2026-14)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....
CELEBRADO ENTRE Autarquia do Governo do Estado
de São Paulo, vinculada à Secretaria de Gestão e
Governo Digital, POR INTERMÉDIO DO **INSTITUTO
DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO
ESTADUAL - IAMSPE, E ...**

O INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE, situado na **Avenida Ibirapuera n.º 981, no bairro de Vila Clementino**, município de **São Paulo - SP**, CEP **04029-000**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **60.747.318/0001-62**, *neste ato representado pela* sua Superintendente, Senhora **MARIA DAS GRAÇAS BIGAL BARBOZA DA SILVA**, nomeado(a) pelo(a) **Decreto da Secretaria de Gestão e Governo Digital nº 3.3.2023**, publicado(a) no DOE 04 de Março de 2023, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ,inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado),inscrito(a) no CPF sob o nº,conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** *procuração apresentada nos autos*, tendo em vista o que consta no Processo nºe em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Eletrônico n. .../.....*, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços especializados, SOB DEMANDA, para realização de PEQUENAS OBRAS, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do IAMSPE em diversos locais situados no complexo do HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL – HSPE e do PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2 Objeto da contratação encontra-se no Termo de Referência, item 3.10 - Planilha Quantitativa e Descritiva.

1.3 O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Portaria Nº 29/2026 - aplicação de penalidade administrativas.

1.4 - O regime de execução deste contrato é o de *empreitada por preço UNITÁRIO*.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$. (.)

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno

porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.
 - 7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base na TABELA CDHU do mês JANEIRO do ano de 2026 motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.
- 7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da TABELA CDHU do mês JANEIRO do ano de 2026, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
 - 7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas

expensas do Contratado;

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico, conforme disposto no art. 123, parágrafo único da Lei nº 14.133/21,

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.14. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato ;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal /Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;

c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas ;

9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;

9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo

executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, [da](#) Lei nº 14.133, de 2021);

9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.24. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.25. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá;

9.1.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação;

9.1.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.1.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.1.29. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

9.1.30. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.1.31. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

9.1.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.1.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no *Termo de Referência/Projeto Básico*, em plena validade;

- 9.1.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 9.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- 9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do [Decreto estadual nº 66.819, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;
- 9.1.37. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no *Termo de Referência/Projeto Básico*, conforme o caso;
- 9.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do [Decreto estadual nº 67.409, de 2022](#), proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;
- 9.1.39. Dar pleno cumprimento ao disposto na [Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007](#), a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;
- 9.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na [Resolução nº 307, de 05/07/2002](#), com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:
- 9.1.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso;
- 9.1.40.2. Nos termos dos [artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002](#), o Contratado *deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:*
- 9.1.40.2.1. *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;*
- 9.1.40.2.2. *resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;*
- 9.1.40.2.3. *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;*
- 9.1.40.2.4. *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;*
- 9.1.41. *Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;*
- 9.1.41.1. *Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004;*
- 9.1.42. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 9.1.42.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na [Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006](#), e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 9.1.42.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da [Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90](#), e legislação correlata;
- 9.1.43. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no *Termo de Referência/Projeto Básico* e em conformidade com

o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento;

9.1.44. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.44.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.44.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.44.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados;

9.1.45. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do *Termo de Referência/Projeto Básico*;

9.1.46. *Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: "habite-se", licenças ambientais, alvarás, etc.);*

9.1.47. *Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo Contratado, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, prévia e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos:_____;*

9.1.47.1. *A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas na documentação técnica constante no Projeto Básico e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos;*

9.1.48. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura deste contrato, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico, o gestor do contrato, o(s) fiscal(is) técnico e administrativo do contrato, , os técnicos da área requisitante, o preposto do Contratado e o(s) gerente(s) da(s) área(s) que executará(ão) os serviços contratados;*

9.1.49. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, limitada ao equivalente a 2 (dois) meses do custo da folha de pagamento dos empregados do Contratado que venham a participar da execução dos serviços contratados.*

11.2. *A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.*

11.3. *Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:*

11.3.1. *A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas;*

11.3.2. *O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

11.3.3. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).*

11.4. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

11.5. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:*

11.5.1. *prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;*

11.5.2. *multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e*

11.5.3. *obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.*

11.6. *Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:*

11.6.1. *Caso fortuito ou força maior;*

11.6.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*

11.6.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*

11.7. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.*

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, inclusive verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria.

11.14. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, o Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade do Contratado sem extinção de seus contratos de trabalho.

11.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.17. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa: Calculada em conformidade com a **Portaria IAMSPE nº 29/2025** que integra este instrumento.

VI.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

9.2. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do Contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

9.3. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica das partes

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV
PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	CATSER	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR mensal	Valor Total
01	13455	12	mês	Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços comuns de engenharia, SOB DEMANDA, para realização de PEQUENAS OBRAS, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do IAMSPE em diversos locais situados no complexo do HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE e do PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO		

VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$ = (VALOR POR EXTENSO EM REAIS)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- Dados Bancários: Banco do Brasil (Conta ativa)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e) não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação do item 3.6. deste edital;

f) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.2

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- c) o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;
- d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;
- e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
- f) o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

DECLARO, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, tais como:

- I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
- g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborado pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

Planilha Orçamentária Global						
REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UN	QUANTIDADE	MATERIAL	MÃO DE OBRA	CUSTO TOTAL
01.02.071	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída até 1.000 m²	UN	5			
01.02.081	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 1.001 a 2.000 m²	UN	5			
01.02.091	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 2.001 a 5.000 m²	UN	5			
01.02.101	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída de 5.001 a 10.000 m²	UN	5			
01.02.111	Parecer técnico de fundações, contenções e recomendações gerais, para empreendimentos com área construída acima de 10.000 m²	UN	5			
B.01.000.020118	Engenheiro senior de civil	HR	1000			
	PROJETOS					
01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1	UN	50			
01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	50			
01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1	UN	50			
01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	50			
01.17.071	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A1	UN	50			
01.17.081	Projeto executivo de instalações hidráulicas em formato A0	UN	50			
01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1	UN	50			
01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	50			
01.17.151	Projeto executivo de climatização em formato A1	UN	50			
01.17.161	Projeto executivo de climatização em formato A0	UN	50			
01.17.171	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A1	UN	50			
01.17.181	Projeto executivo de chuveiros automáticos em formato A0	UN	50			
	TRATAMENTO, RECUPERAÇÃO E TRABALHOS ESPECIAIS EM CONCRETO					
01.23.020	Limpeza de armadura com escova de aço	M2	1.437,00			
01.23.030	Preparo de ponte de aderência com adesivo a base de epóxi	M2	1.437,00			
01.23.056	Tratamento de armadura com produto anticorrosivo a base de zinco	M2	1.437,00			
01.23.060	Corte de concreto deteriorado inclusive remoção dos detritos	M2	1.437,00			
01.23.070	Demarcação de área com disco de corte diamantado	M	485,00			
02.02	CONTAINER					
02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00			
02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	10,00			
02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²	Um x mês	5,00			
	TAPUME E PROTEÇÃO					
02.03.030	Proteção de superfícies em geral com plástico bolha	M2	3000			
02.03.060	Proteção de fachada com tela de nylon	M2	5548,37			
02.03.080	Fechamento provisório de vãos em chapa de madeira compensada	M2	411,3			
02.03.110	Tapume móvel para fechamento de áreas	M2	132			
02.03.200	Locação de quadros metálicos para plataforma de proteção, inclusive o acmódamento	M2 x mês	851,5			
02.03.260	Tapume fixo em painel OSB - espessura 10 mm	M2	400			
	ANDAIME E BALANÇIM					
02.05.100	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura superior a 10 m	M2	5548,37			
02.05.195	Balancim elétrico tipo plataforma para transporte vertical, com altura até 60 m	UNMES	6			
02.05.212	Andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2 x mês	13870,94			
	SINALIZAÇÃO DE OBRA					
02.08.020	Placa de identificação para obra	M2	6			
	Demolição de concreto					
03.01.230	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	1000			
03.01.250	Demolição mecanizada de pavimento ou piso em concreto, inclusive fragmentação e acomodação do material	M2	1000			
	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA					
03.02.040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	14778,63			
03.03.020	Apicoamento manual de piso, parede ou teto	M2	7380,15			
03.03.040	Demolição manual de revestimento em massa de parede ou teto	M2	7445,15			
03.03.060	Demolição manual de revestimento em massa de piso	M2	3750			
03.04.020	Demolição manual de revestimento cerâmico, incluindo a base	M2	3750			
03.04.030	Demolição manual de revestimento em ladrilho hidráulico, incluindo a base	M2	3750			
03.04.040	Demolição manual de rodapé, soleira ou peitoril, em material cerâmico e/ou ladrilho hidráulico, incluindo a base	M	2460			
03.05.020	Demolição manual de revestimento sintético, incluindo a base	M2	3750			
	DEMOLIÇÃO ASFALTO					
03.07.070	Fresagem de pavimento asfáltico com espessura até 5 cm, inclusive acomodação do material	M2	6000			
	DEMOLIÇÃO DE FORRO E DIVISÓRIA					
03.08.040	Demolição manual de forro qualquer, inclusive sistema de fixação/arrumamento	M2	3750			
03.08.200	Demolição manual de painéis divisórias, inclusive montantes metálicos	M2	2000			
03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	1431,24			
03.09.040	Demolição manual de argamassa regularizante, isolante ou protetora e papel Kraft	M2	1431,24			
03.09.060	Remoção manual de junta de dilatação ou retração, inclusive apoio	M	156,52			
03.10.140	Remoção de pintura em massa com lixamento	M2	9580			
04.02.050	Retirada de estrutura em madeira tesoura - telhas de barro	M2	1000			
	RETIRADA DE TELHAS					
04.03.020	Retirada de telhamento em barro	M2	3000			
04.03.080	Retirada de cumeeira, espigão ou rufo perfil qualquer	M	1000			
	RETIRADA DE REVESTIMENTO SINTÉTICO					
04.06.010	Retirada de revestimento em lambris metálicos	M2	3000			
04.06.020	Retirada de piso em material sintético assentado a cola	M2	3750			
04.06.040	Retirada de degrau em material sintético assentado a cola	M	1500			
04.06.060	Retirada de rodapé inclusive cordão em material sintético	M	2460			
04.06.100	Retirada de piso elevado telescópico metálico, inclusive estrutura de sustentação	M2	3000			
04.07.020	Retirada de forro qualquer em placas ou tiras fixadas	M2	3750			
	RETIRADA DE ESQUADRIA DE MADEIRA					
04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	UN	1000			
	RETIRADA DE ESQUADRIAS METÁLICA					
04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	M2	1000			

04.09.040	Retirada de folha de esquadria metálica	UN	500			
04.09.060	Retirada de batente, corrimão ou peças lineares metálicas, chumbados	M	1000			
	RETIRADA DE METAIS HIDRÁULICOS					
04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	UN	500			
	RETIRADA DE VIDROS					
04.14.020	Retirada de vidro ou espelho com raspagem da massa ou retirada de baguete	M2	1000			
04.14.040	Retirada de esquadria em vidro	M2	1000			
	RETIRADA DE COMPONENTES ELÉTRICOS					
04.17.020	Remoção de aparelho de iluminação ou projetor fixo em teto, piso ou parede	UN	1000			
04.19.100	Remoção de gancho de sustentação de luminária em perfilado	UN	5000			
04.19.120	Remoção de interruptores, tomadas, botão de campainha ou cigarra	UN	5000			
04.20.020	Remoção de janela de ventilação, iluminação ou ventilação e iluminação padrão	UN	1000			
04.20.040	Remoção de lâmpada	UN	5000			
04.21.060	Remoção de perfilado	M	3000			
04.21.160	Remoção de quadro de distribuição, chamada ou caixa de passagem	M2	1000			
04.22.130	Remoção de tubulação elétrica embutida com diâmetro externo até 50 mm	M	1000			
04.22.200	Remoção de vergalhão	M	1000			
	RETIRADA EM INSTALAÇÃO HIDRÁULICA					
04.30.020	Remoção de calha ou rufo	M	1000			
04.30.040	Remoção de condutor aparente	M	1000			
04.30.060	Remoção de tubulação hidráulica em geral, incluindo conexões, caixas e ralos	M	3000			
	TRANSPORTE E MOVIMENTAÇÃO, DENTRO E FORA DA OBRA					
05.04	Transporte de material solto					
05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	14778,63			
05.07.040	Remoção de entulho separado de obra com caçamba metálica - terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico ou metal	M3	88,78			
05.07.060	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material rejeitado e misturado por vegetação, isopor, manta asfáltica e lâ de vidro	M3	74,43			
	FORMA EM MADEIRA COMPENSADA					
09.02.040	Forma plana em compensado para estrutura aparente	M2	191,6			
	ARMADURA E CORDOALHA ESTRUTURAL					
10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	2700			
	CONCRETO, MASSA E LASTRO					
11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	9,58			
11.16.020	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	57,25			
11.20.050	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	156,52			
11.20.120	Reparo superficial com argamassa polimérica (tixotrópica), bicomponente	M3	43,11			
11.20.130	Tratamento de fissuras estáveis (não ativas) em elementos de concreto	M	180			
	ALVENARIA EM TULO					
14.10.101	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 9 x 19 x 39 cm - classe C	M2	7830,15			
14.10.111	Alvenaria de bloco de concreto de vedação de 14 x 19 x 39 cm - classe C	M2	65			
	DIVISÓRIA E FECHAMENTO					
14.30.070	Divisória sanitária em painel laminado melamínico estrutural com perfis em alumínio, inclusive ferragem completa para vão de porta	M2	1000			
14.30.230	Divisória painel/vidro/vidro tipo naval, acabamento em laminado fendido melamínico, com espessura de 3,5 cm	M2	1000			
14.30.842	Divisória tipo piso/teto em vidro temperado simples, com coluna estrutural em alumínio extrudado	M2	1000			
14.31.030	Fechamento em placa cimentícia com espessura de 12 mm	M2	500			
	ESTRUTURA DE MADEIRA PARA TELHADO					
15.01.210	Estrutura portaletada para telhas de barro	M2	5000			
15.01.220	Estrutura portaletada para telhas onduladas	M2	5000			
15.01.310	Estrutura em terças para telhas de barro	M2	5000			
15.01.320	Estrutura em terças para telhas perfil e material qualquer, exceto barro	M2	5000			
	TELHAMENTO					
16.02.020	Telha de barro tipo francesa	M2	3000			
16.02.120	Emboçamento de beiral em telhas de barro	M	500			
16.02.230	Cumeeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	M	500			
16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	500			
	REVESTIMENTO EM MASSA OU FUNDIDO NO LOCAL					
17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	57,25			
17.02.020	Chapisco	M2	7660,15			
17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	65			
17.02.220	Reboco	M2	7530,15			
	REVESTIMENTO CERÂMICO					
18.06.102	Placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção B1b, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M2	3000			
18.06.103	Rodapé em placa cerâmica esmaltada PEI-5 para área interna, grupo de absorção B1b, resistência química B, assentado com argamassa colante industrializada	M	1000			
18.11.042	Revestimento em placa cerâmica esmaltada de 20x20 cm, tipo monocolor, assentado e rejuntado com argamassa industrializada	M2	3000			
	REVESTIMENTO VINÍLICO					
21.02.050	Revestimento vinílico, espessura de 2 mm, para tráfego médio, com impermeabilizante acrílico	M2	5000			
21.02.071	Revestimento vinílico em manta, espessura total de 2mm, resistente a lavagem com hipoclorito	M2	5000			
	RODAPE SINTÉTICO					
21.10.061	Rodapé para piso vinílico em PVC, espessura de 2 mm e altura de 5 cm, curvo/plano, com impermeabilizante acrílico	M	2000			
	FORRO EM GESSO					
22.02.010	Forro em placa de gesso liso fixo	M2	5000			
22.03	Forro sintético					
22.03.122	Forro em fibra mineral NRC 0.85, em placas acústicas removíveis de 625mm x 1250mm	M2	5000			
22.03.140	Forro em fibra mineral NRC 0.65, em placas acústicas removíveis de 625mm x 625mm	M2	5000			
	PORTA EM LAMINADO USO					
23.04.090	Porta em laminado fendido melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 70 x 210 cm	UN	750			
23.04.100	Porta em laminado fendido melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 80 x 210 cm	UN	750			
23.04.110	Porta em laminado fendido melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 90 x 210 cm	UN	750			
23.04.120	Porta em laminado fendido melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 120 x 210 cm	UN	750			

23.04.130	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 140 x 210 cm	UN	750		
23.04.140	Porta em laminado fenólico melamínico com acabamento liso, batente de madeira sem revestimento - 220 x 210 cm	UN	500		
	MARcenARIA EM GERAL				
23.08.040	Armário/gabinete embutido em MDF sob medida, revestido em laminado melamínico, com portas e prateleiras	M2	10000		
23.08.080	Prateleira sob medida em compensado, revestida nas duas faces em laminado fenólico melamínico	M2	4000		
	CAIXILHO EM ALUMÍNIO				
25.01.020	Caixilho em alumínio fixo, sob medida	M2	1000		
25.01.030	Caixilho em alumínio basculante com vidro, linha comercial	M2	1000		
	CORRIMÃO, BATE-MACA				
27.04.040	Corrimão, bate-maca ou protetor de parede em PVC, com amortecimento à impacto, altura de 131 mm	M	1000		
27.04.050	Protetor de parede ou bate-maca em PVC flexível, com amortecimento à impacto, altura de 150 mm	M	1000		
27.04.051	Faixa em vinil para proteção de paredes, com amortecimento à alto impacto, altura de 400 mm	M	1000		
27.04.052	Cantoneira adesiva em vinil de alto impacto	M	1000		
28.01.020	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	CJ	1000		
28.01.030	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta externa com 2 folhas	CJ	1000		
28.01.040	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca, para porta interna com 1 folha	CJ	1000		
28.01.080	Ferragem adicional para porta vão simples em divisória	CJ	1000		
28.01.090	Ferragem adicional para porta vão duplo em divisória	CJ	1000		
	BARRA DE APOIO				
30.01.020	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 500 mm	UN	1000		
30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm	UN	1000		
30.01.050	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 x 800 mm	UN	1000		
30.01.061	Barra de apoio lateral para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4", comprimento 25 a 30 cm	UN	1000		
30.01.080	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, comprimento de 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000		
30.01.090	Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio de 800 x 800 mm, acabamento com pintura epóxi	UN	1000		
30.01.110	Barra de proteção para sifão, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, acabamento com pintura epóxi	UN	1000		
30.01.120	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4" x 400 mm	UN	1000		
30.01.130	Barra de proteção para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio acabamento com pintura epóxi	UN	1000		
30.04	Revestimento				
30.04.020	Revestimento sintético de borracha ou PVC colorido, para sinalização tátil de alerta / direcional - colado	M2	5.000,00		
30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil várias cores (25x25cm), assentado com argamassa mista	M2	3.000,00	R\$	
30.04.040	Faixa em policarbonato para sinalização visual fotoluminescente, para degraus, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00	R\$	
30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	M	300,00	R\$	
30.04.070	Rejuntamento de piso em ladrilho hidráulico (25x25cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas de 2 mm	M2	1.000,00	R\$	
30.04.090	Sinalização visual de degraus com pintura esmalte epóxi, comprimento de 20 cm	UN	1.000,00	R\$	
	COMUNICAÇÃO VISUAL E SONORA				
30.06.010	Placa para sinalização tátil (início ou final) em braile para corrimão	UN	1.500,00	R\$	
30.06.020	Placa para sinalização tátil (pavimento) em braile para corrimão	UN	1.500,00	R\$	
30.06.050	Tinta acrílica para sinalização visual de piso, com acabamento microtexturizado e antiderrapante	M	1.000,00	R\$	
30.06.064	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, sistema sem fio (Wireless), para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100,00	R\$	
30.06.090	Placa de identificação para estacionamento, com desenho universal de acessibilidade, tipo pedestal	UN	100,00	R\$	
30.06.100	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento	UN	100,00	R\$	
30.06.110	Sinalização com pictograma para vaga de estacionamento, com faixas demarcatórias	UN	100,00	R\$	
30.06.124	Sinalização com pictograma autoadesivo em policarbonato para piso 80 cm x 120 cm - área de resgate	UN	100,00	R\$	
30.06.132	Placa de sinalização tátil em poliestireno com alto relevo em braile, para identificação de pavimentos	UN	1.500,00	R\$	
30.06.061	Sistema de alarme PNE com indicador audiovisual, para pessoas com mobilidade reduzida ou cadeirante	CJ	100		
30.06.080	Placa de identificação em alumínio para WC, com desenho universal de acessibilidade	UN	1000		
	ELEVADOR E PLATAFORMA				
30.14.040	Plataforma para elevação até 2,00 m, nas dimensões de 900 x 1400 mm, capacidade de 250 kg - percurso superior a 1,00 m de altura	CJ	2		
32.07.120	Mangueira plástica flexível para junta de dilatação	M	156,52		
32.07.160	Junta de dilatação elástica a base de poliuretano	CM3	62608		
32.11.150	Proteção para isolamento térmico em alumínio	M2	1000		
32.11.200	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1/2" (15 mm)	M	1000		
32.11.210	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 3/4" (22 mm)	M	1000		
32.11.220	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 5 mm, para tubulação de 1" (28 mm)	M	1000		
32.11.230	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/4" (35 mm)	M	1000		
32.11.240	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 1 1/2" (42 mm)	M	1000		
32.11.250	Isolamento térmico em polietileno expandido, espessura de 10 mm, para tubulação de 2" (54 mm)	M	1000		
32.11.270	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/4" (cobre)	M	1000		
32.11.280	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1/2" (cobre)	M	1000		
32.11.290	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 5/8" (cobre) ou 1/4" (ferro)	M	1000		
32.11.300	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 9 a 12 mm, para tubulação de 1" (cobre)	M	1000		
32.11.310	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 7/8" (cobre) ou 1/2" (ferro)	M	1000		
32.11.320	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/8" (cobre) ou 3/4" (ferro)	M	1000		

32.11.330	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 3/8" (cobre) ou 1" (ferro)	M	1000			
32.11.340	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 5/8" (cobre) ou 1 1/4" (ferro)	M	1000			
32.11.350	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 1 1/2" (ferro)	M	1000			
32.11.360	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2" (ferro)	M	1000			
32.11.370	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 2 1/2" (ferro)	M	1000			
32.11.380	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3 1/2" (cobre) ou 3" (ferro)	M	1000			
32.11.390	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 4" (ferro)	M	1000			
32.11.400	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 5" (ferro)	M	1000			
32.11.410	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 6" (ferro)	M	1000			
32.11.420	Manta em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para isolamento térmico de tubulação acima de 6"	M2	1000			
32.11.430	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/8" (cobre) ou 1/8" (ferro)	M	1000			
32.11.440	Isolamento térmico em espuma elastomérica, espessura de 19 a 26 mm, para tubulação de 3/4" (cobre) ou 3/8" (ferro)	M	1000			
32.15.040	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 4 mm	M2	1431,24			
32.20.020	Aplicação de papel Kraft	M2	1431,24			
PINTURA E MASSA CORRIDA						
33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	9580			
33.02.060	Massa corrida a base de PVA	M2	20000			
33.02.080	Massa corrida à base de resina acrílica	M2	5000			
33.03.750	Verniz acrílico	M2	9580			
33.10.041	Esmalte à base de água em massa, inclusive preparo	M2	20000			
33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	1700			
33.10.060	Epóxi em massa, inclusive preparo	M2	5000			
33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	5000			
33.12.011	Esmalte à base de água em madeira, inclusive preparo	M2	5000			
QUADRO DE ENERGIA/TELEFONIA						
37.01.020	Quadro Telebrás de embutir de 200 x 200 x 120 mm	UN	100			
37.01.080	Quadro Telebrás de embutir de 400 x 400 x 120 mm	UN	100			
37.01.120	Quadro Telebrás de embutir de 600 x 600 x 120 mm	UN	100			
37.01.160	Quadro Telebrás de embutir de 800 x 800 x 120 mm	UN	100			
37.01.220	Quadro Telebrás de embutir de 1200 x 1200 x 120 mm	UN	100			
38.01.040	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3/4" - com acessórios	M	5000			
38.01.060	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1" - com acessórios	M	5000			
38.01.080	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/4" - com acessórios	M	5000			
38.01.100	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1 1/2" - com acessórios	M	5000			
38.01.120	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2" - com acessórios	M	5000			
38.01.140	Eletroduto de PVC rígido roscável de 2 1/2" - com acessórios	M	5000			
38.01.160	Eletroduto de PVC rígido roscável de 3" - com acessórios	M	5000			
38.01.180	Eletroduto de PVC rígido roscável de 4" - com acessórios	M	5000			
38.04	Eletroduto rígido em aço carbono galvanizado com acessórios - NBR 13057					
38.04.040	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3/4" com acessórios	M	5000			
38.04.060	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1" com acessórios	M	5000			
38.04.080	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/4" com acessórios	M	5000			
38.04.100	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 1 1/2" com acessórios	M	5000			
38.04.120	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2" com acessórios	M	5000			
38.04.140	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 2 1/2" com acessórios	M	5000			
38.04.160	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 3" com acessórios	M	5000			
38.04.180	Eletroduto galvanizado conforme NBR13057 - 4" com acessórios	M	5000			
38.07.200	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 3/8" (tirante)	M	5000			
38.07.210	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 1/4" (tirante)	M	5000			
38.07.216	Vergalhão com rosca, porca e arruela de diâmetro 5/16" (tirante)	M	5000			
38.07.300	Perfilado perfurado 38 x 38 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000			
38.07.310	Perfilado perfurado 38 x 76 mm em chapa 14 pré-zincada, com acessórios	M	5000			
38.07.340	Perfilado liso 38 x 38 mm - com acessórios	M	5000			
38.10.024	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 4 x 25 x 70 mm, sem cruzadora	UN	1000			
38.10.026	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 12 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000			
38.10.030	Caixa de derivação ou passagem, para cruzamento de duto, medindo 16 x 25 x 70 mm, com cruzadora	UN	1000			
38.10.060	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 2 x (25 x 70 mm)	UN	1000			
38.10.070	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 3 x (25 x 70 mm)	UN	1000			
38.10.080	Caixa de tomada e tampa basculante com rebaixo de 4 x (25 x 70 mm)	UN	1000			
38.12	Leitos e acessórios					
38.12.086	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 300 x 100 mm - com acessórios	M	1000			
38.12.090	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 400 x 100 mm - com acessórios	M	1000			
38.12.100	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 600 x 100 mm - com acessórios	M	1000			
38.12.120	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 500 x 100 mm - com acessórios	M	1000			
38.12.130	Leito para cabos, tipo pesado, em aço galvanizado de 800 x 100 mm - com acessórios	M	1000			
38.13	Eletroduto em polietileno de alta densidade					
38.13.010	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	M	10000			
38.13.016	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 40 mm, com acessórios	M	3000			
38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	M	3000			
38.13.030	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 75 mm, com acessórios	M	1000			
38.13.040	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 100 mm, com acessórios	M	1000			
38.13.050	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 125 mm, com acessórios	M	1000			
38.13.060	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 150 mm, com acessórios	M	1000			
39	CONDUTOR E ENFIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA					

39.02.016	Cabo de cobre de 2,5 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	30000			
39.02.020	Cabo de cobre de 4 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000			
39.02.030	Cabo de cobre de 6 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000			
39.02.040	Cabo de cobre de 10 mm², isolamento 750 V - isolamento em PVC 70°C	M	10000			
	Telefonia Cabos					
39.12.510	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000			
39.12.520	Cabo de cobre flexível blindado de 3 x 1,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000			
39.12.530	Cabo de cobre flexível blindado de 2 x 2,5 mm², isolamento 600V, isolamento em VC/E 105°C - para detecção de incêndio	M	10000			
	ELÉTRICA					
40.02.010	Caixa de tomada em alumínio para piso 4" x 4"	UN	100			
40.02.020	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 100 x 100 x 80 mm	UN	100			
40.02.040	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 150 x 150 x 80 mm	UN	100			
40.02.060	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 200 x 200 x 100 mm	UN	100			
40.02.080	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 300 x 300 x 120 mm	UN	100			
40.02.100	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 400 x 400 x 150 mm	UN	100			
40.02.120	Caixa de passagem em chapa, com tampa parafusada, 500 x 500 x 150 mm	UN	100			
40.04	Tomadas					
40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	CJ	5000			
40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400			
40.04.490	Conjunto 2 interruptores simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	CJ	400			
40.04.492	Conjunto 4" x 4" de 1 interruptor simples, 1 tomada universal e 1 tomada de 3 polos	CJ	400			
40.06	Condutletes					
40.06.040	Condutlete metálico de 3/4"	CJ	5000			
40.06.060	Condutlete metálico de 1"	CJ	5000			
40.06.080	Condutlete metálico de 1 1/4"	CJ	1000			
40.06.100	Condutlete metálico de 1 1/2"	CJ	1000			
40.06.120	Condutlete metálico de 2"	CJ	1000			
40.06.140	Condutlete metálico de 2 1/2"	CJ	1000			
40.06.160	Condutlete metálico de 3"	CJ	1000			
40.06.170	Condutlete metálico de 4"	CJ	1000			
40.07	Caixa de passagem em PVC					
40.07.010	Caixa em PVC de 4" x 2"	UN	10000			
40.07.020	Caixa em PVC de 4" x 4"	UN	5000			
40.07.040	Caixa em PVC octogonal de 4" x 4"	UN	2000			
	ILUMINAÇÃO					
41.02.541	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 900 até 1050 lm - 9 a 10 W	UN	10000			
41.02.551	Lâmpada LED tubular T8 com base G13, de 1850 até 2000 lm - 18 a 20 W	UN	10000			
41.04.020	Receptáculo de porcelana com parafuso de fixação com rosca E-27	UN	5000			
41.07.450	Lâmpada fluorescente compacta eletrônica "3U", base E27 de 25 W - 110 ou 220 V	UN	5000			
	Luminárias					
41.14.070	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32 W	UN	1000			
41.14.090	Luminária retangular de sobrepor tipo calha fechada, com difusor translúcido, para 2 lâmpadas fluorescentes de 28 W/32 W/36 W/54 W	UN	1000			
41.14.210	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta com aletas planas, para 2 lâmpadas fluorescentes compactas de 18 W/26 W	UN	1000			
41.14.390	Luminária retangular de sobrepor tipo calha aberta, com refletor em alumínio de alto brilho, para 2 lâmpadas fluorescentes tubulares 32 W/36 W	UN	1000			
41.14.430	Luminária quadrada de embutir tipo calha aberta, com refletor e aleta parabólicas em alumínio de alto brilho, para 4 lâmpadas fluorescentes de 14 W/16 W/18 W	UN	1000			
	CHUVEIROS					
43.02.100	Chuveiro com jato regulável em metal com acabamento cromado	UN	300			
44	SANITÁRIOS					
44.01.040	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada e tampa - infantil	UN	300			
44.01.110	Lavatório de louça com coluna	UN	300			
44.01.200	Mictório de louça sifonado auto aspirante	UN	100			
44.01.310	Tanque de louça com coluna de 30 litros	UN	100			
44.02	Bancadas e tampos					
44.02.062	Tampo/bancada em granito, com frontão, espessura de 2 cm, acabamento polido	M2	1000			
44.02.100	Tampo/bancada em mármore nacional espessura de 3 cm	M2	1000			
44.02.200	Tampo/bancada em concreto armado, revestido em aço inoxidável fosco polido	M2	1000			
44.03.300	Torneira clínica com volante tipo alavanca	UN	1000			
44.03.315	Torneira de mesa com bica móvel e alavanca	UN	1000			
44.03.920	Ducha higiênica com registro	UN	1000			
	Aparelhos em Aço Inox					
44.06.250	Cuba em aço inoxidável simples de 300 x 140mm	UN	30			
44.06.300	Cuba em aço inoxidável simples de 400x340x140mm	UN	30			
44.06.310	Cuba em aço inoxidável simples de 465x300x140mm	UN	30			
44.06.320	Cuba em aço inoxidável simples de 560x330x140mm	UN	30			
44.06.330	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x400mm	UN	30			
44.06.360	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x200mm	UN	30			
44.06.370	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x250mm	UN	30			
44.06.400	Cuba em aço inoxidável simples de 500x400x300mm	UN	30			
44.06.410	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x300mm	UN	30			
44.06.470	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x350mm	UN	30			
44.06.520	Cuba em aço inoxidável simples de 600x500x400mm	UN	30			
44.06.570	Cuba em aço inoxidável simples de 700x600x450mm	UN	30			
44.06.600	Cuba em aço inoxidável simples de 1400x900x500mm	UN	30			
44.06.610	Cuba em aço inoxidável simples de 1100x600x400mm	UN	30			
44.06.700	Cuba em aço inoxidável dupla de 715x400x140mm	UN	30			
44.06.710	Cuba em aço inoxidável dupla de 835x340x140mm	UN	30			
44.06.750	Cuba em aço inoxidável dupla de 1020x400x250mm	UN	30			
44.20.010	Sifão plástico sanfonado universal de 1"	UN	300			
44.20.100	Engate flexível metálico DN= 1/2"	UN	300			
44.20.130	Tubo de ligação para mictório, DN= 1/2"	UN	100			
44.20.150	Acabamento cromado para registro	UN	3000			
44.20.280	Tampa de plástico para bacia sanitária	UN	300			
44.20.300	Bolsa para bacia sanitária	UN	300			
44.20.390	Válvula de PVC para lavatório	UN	300			
44.20.620	Válvula americana	UN	300			
44.20.640	Válvula de metal cromado de 1 1/2"	UN	300			
44.20.650	Válvula de metal cromado de 1"	UN	300			
46.01	TUBULAÇÃO E CONDUTORES PARA LÍQUIDOS E GASES					

46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	M	5000			
46.01.030	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 32 mm, (1"), inclusive conexões	M	2000			
46.01.040	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 40 mm, (1 1/4"), inclusive conexões	M	1000			
46.01.050	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 50 mm, (1 1/2"), inclusive conexões	M	1000			
46.01.060	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 60 mm, (2"), inclusive conexões	M	1000			
46.01.070	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 75 mm, (2 1/2"), inclusive conexões	M	1000			
46.01.080	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 85 mm, (3"), inclusive conexões	M	1000			
46.01.090	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 110 mm, (4"), inclusive conexões	M	1000			
46.02	Tubulação em PVC rígido branco para esgoto domiciliar					
46.02.010	Tubo de PVC rígido branco, pontas lisas, soldável, linha esgoto série normal, DN= 40 mm, inclusive conexões	M	1000			
46.02.050	Tubo de PVC rígido branco P88 com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	M	1000			
46.02.060	Tubo de PVC rígido branco P88 com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 75 mm, inclusive conexões	M	1000			
46.02.070	Tubo de PVC rígido branco P88 com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	M	1000			
46.08	Tubulação em aço carbono galvanizado classe schedule					
46.08.010	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3/4", inclusive conexões	M	3000			
46.08.020	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1", inclusive conexões	M	1000			
46.08.030	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1 1/4", inclusive conexões	M	1000			
46.08.040	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 1 1/2", inclusive conexões	M	1000			
46.08.050	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2", inclusive conexões	M	1000			
46.08.070	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 2 1/2", inclusive conexões	M	1000			
46.08.080	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 3", inclusive conexões	M	1000			
46.08.100	Tubo galvanizado sem costura schedule 40, DN= 4", inclusive conexões	M	1000			
46.10	Tubulação em cobre para água quente, gás e vapor					
46.10.010	Tubo de cobre classe A, DN= 15mm (1/2"), inclusive conexões	M	3000			
46.10.020	Tubo de cobre classe A, DN= 22mm (3/4"), inclusive conexões	M	3000			
46.10.030	Tubo de cobre classe A, DN= 28mm (1"), inclusive conexões	M	1000			
49.01.016	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 100 x 50 mm, com grelha	UN	600			
49.01.020	Caixa sifonada de PVC rígido de 100 x 150 x 50 mm, com grelha	UN	400			
	PAVIMENTAÇÃO					
54.03.221	Restauração de pavimento asfáltico com concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	900			
55.01	LIMPEZA DE OBRA					
55.01.020	Limpeza final da obra	M2	3238,44			
55.01.140	Limpeza de superfície com hidrojateamento	M2	9580			
	CLIMATIZAÇÃO					
61.10.200	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 637 m³/h, capacidade de refrigeração 14.000 Btu/h - 1,2 TR	UN	60			
61.10.210	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.215 m³/h, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	30			
61.10.220	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 1.758 m³/h, capacidade de refrigeração 36.000 Btu/h - 3,0 TR	UN	30			
61.10.230	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo piso-teto, vazão de ar nominal 2.166 m³/h, capacidade de refrigeração 48.000 Btu/h - 4,0 TR	UN	20			
61.10.250	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 20.000 Btu/h - 1,6 TR	UN	20			
61.10.260	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 25.000 Btu/h - 2,1 TR	UN	20			
61.10.270	Tratamento de ar compacta fancolete hidráulico tipo cassette, capacidade de refrigeração 32.000 Btu/h - 2,6 TR	UN	20			
61.10.300	Duto flexível aluminizado, seção circular de 10cm (4")	M	400			
61.10.310	Duto flexível aluminizado, seção circular de 15cm (6")	M	400			
61.10.320	Duto flexível aluminizado, seção circular de 20cm (8")	M	400			
61.10.401	Damper de regulação manual, tamanho: 0,10 m² a 0,14 m²	M2	20			
61.10.402	Damper de regulação manual, tamanho: 0,15 m² a 0,20 m²	M2	20			
61.10.403	Damper de regulação manual, tamanho: 0,21 m² a 0,40 m²	M2	20			
61.10.511	Difusor para insuflamento de ar com plenum, multivias e colarinho	M2	20			
61.10.574	Grelha de retorno/exaustão com registro, tamanho: 0,03 m² a 0,06 m²	M2	40			
61.10.581	Veneziana com tela e filtro G4	M2	40			
61.14.050	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 8.800 m³/h, pressão 35 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20			
61.14.051	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 10.000 m³/h, pressão 30 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20			
61.14.070	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.710 m³/h, pressão 35 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20			
61.14.080	Caixa ventiladora com ventilador centrífugo, vazão 1.190 m³/h, pressão 37 mmCA - 220/380 V / 60Hz	UN	20			
61.14.100	Ventilador centrífugo de dupla aspiração "limite-load", vazão 20.000 m³/h, pressão 50 mmCA - 380/660 V / 60 Hz	UN	20			
61.15	Controles para Fan-Coil e CAG					
61.15.010	Fonte de alimentação universal bivolt com saída de 24 V - 1,5 A - 35 W	UN	220			
61.15.030	Transformador abaixador, entrada 110/220V, saída 24V+24V, corrente secundário 6A	UN	220			
61.15.040	Atuador Floating de 40Nm, sinal de controle 3 e 2 pontos, tensão de entrada AC/DC 24V, IP 54	UN	220			
61.15.050	Válvula motorizada esfera, com duas vias atuador floating, diâmetro 3/4" a 1 1/2"	UN	220			
61.15.060	Válvula de balanceamento diâmetro 1" a 2 1/2"	UN	220			
61.15.080	Válvula duas vias on/off retorno elétrico diâmetro 1/2" a 3/4"	UN	220			
61.15.100	Atuador proporcional de 10 Nm, tensão de entrada AC/DC 24 V - IP 54	UN	220			
61.20.100	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1/2"	CJ	220			
61.20.110	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 3/4"	CJ	220			
61.20.120	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1"	CJ	220			
61.20.130	Ligação típica, (cavalete), para ar condicionado "fancoil", diâmetro de 1 1/4"	CJ	220			
61.20.450	Duto em chapa de aço galvanizado	KG	10000			
				CUSTO TOTAL=		R\$



ANEXO V
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL- IAMSPE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/20__

O(A) **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL- IAMSPE**, com sede no(a) Av. Ibirapuera, 981 – Vila Clementino – São Paulo – SP- CEP 04029-000, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 60.747.318/0001-62, neste ato representado(a) pelo(a) **Superintendente do IAMSPE - MARIA DAS GRAÇAS BIGAL BARBOZA DA SILVA**, nomeado(a) pelo(a) **Decreto da Secretaria de Gestão e Governo Digital nº 3.3.2023**, publicado(a) no DOE 04 de Março de 2023, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, considerando o resultado obtido conforme o processo administrativo n.º 147.00001196/2026-14, resolve celebrar a presente **ATA de REGISTRO DE PREÇOS**, procedendo ao registrados preços do(s) fornecedor(es) indicado(s) e qualificado(s) nesta ata, de acordo com a classificação por ele(s) alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, c/c o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais preceitos da legislação aplicável, e em conformidade com as disposições a seguir, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para contratação(ões) futura(s) de serviços comuns de engenharia, SOB DEMANDA**, para realização de **PEQUENAS OBRAS**, tais como, instalação, construção, reforma e modificação de layout com ou sem ampliação de área, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra necessária, a serem realizados nas dependências do IAMSPE em diversos locais situados no complexo do **HOSPITAL DO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL – HSPE** e do **PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO**, conforme o detalhamento e as especificações técnicas constantes da documentação que constitui Anexo do **Edital de Pregão Eletrônico nº /2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) CONFORME ANEXO I .

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo desta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.3. O órgão ou entidade gerenciadora será o(a) **INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL - IAMSPE**

3.2. Além do órgão ou entidade gerenciadora, não há órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão a esta ata de registro de preços, conforme justificativa apresentada no estudo técnico preliminar.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência e validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 Em caso de termo aditivo para prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, haverá quantitativo adicional [equivalente ao quantitativo originalmente registrado, de modo que, no período de vigência da prorrogação, poderá haver contratação de quantidade equivalente ao quantitativo originalmente registrado e da eventual quantidade ainda não contratada do quantitativo originalmente registrado]

5.1.2. A contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e serão observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A formalização da contratação com os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços deverá ocorrer no prazo de validade deste instrumento.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. As contratações respeitarão a ordem de classificação dos fornecedores registrados nesta ata.

5.5. O registro de fornecedores que esteja incluído nesta ata na forma de anexo - ao se verificar a existência de fornecedor(es) que tenha(m) aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário ou que tenha(m) mantido sua proposta original - consiste na formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. O preço registrado, com indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência desta ata de registro de preços.

5.6. A habilitação do(s) fornecedor(es) que compõe(m) o cadastro de reserva na hipótese a que se refere o item 5.5, será(ão) efetuada(s) quando houver necessidade de contratação do(s) fornecedor(es) remanescente(s), por impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata, observada a disciplina estabelecida nesta ata e no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

5.8. Caso se caracterize hipótese de impossibilidade de atendimento da demanda pelo signatário da ata de que trata o item 5.6, observado o disposto no referido item, ficará facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, quando houver, na ordem de classificação, para contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.8.1 Na hipótese de nenhum dos fornecedores que tenham aceitado cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nas condições propostas pelo primeiro classificado nos termos da subdivisão acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização na forma prevista na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1, poderá:

5.8.1.1 Convocar para negociação os fornecedores remanescentes que mantiveram sua proposta original, quando houver, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

5.8.1.2 Adjudicar e celebrar a contratação nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observado o disposto neste item 5 e a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

5.10. No prazo de validade deste instrumento, o(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) não participará(ão) em outra ata de registro de preços com o mesmo objeto, salvo na hipótese do inciso VIII do *caput* do art. 82 da Lei nº 14.133, de 2021, quando for o caso.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do(s) item(ns) registrado(s), nas seguintes situações:

- a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou da superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.2. É previsto reajustamento dos preços registrados nesta ata, observados os mesmos critérios estabelecidos no instrumento convocatório mencionado no subitem 1.1 para o reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente.

6.2.1. Caso seja realizado reajustamento dos preços desta ata, somente caberá reajustamento dos preços de eventual contratação dela decorrente se forem observados os requisitos especificados no respectivo instrumento, e for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do reajustamento dos preços desta ata. No caso de reajustamento(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos do último reajustamento.

Vedação a acréscimo de quantitativos

6.3. *É vedado:*

a) efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Quando, por motivo superveniente, o preço registrado se tornar superior àquele praticado no mercado, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a sua redução.

7.1.1 Quando for exitosa a negociação a que alude a subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços, para que realizem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. O fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas, caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado.

7.1.2.1 Na hipótese prevista na subdivisão acima, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 9.1.3.

7.1.2.1.1 O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa, caso, nas negociações a que alude a subdivisão acima, os fornecedores do cadastro de reserva não aceitem reduzir seus preços aos valores de mercado.

7.2 Quando o preço praticado no mercado se tornar superior ao preço registrado, o fornecedor poderá requerer ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração do preço registrado, desde que observe os requisitos especificados no item 7.2.1.

7.2.1 O requerimento a que alude o item 7.2 deverá observar o disposto no item 6.1 e estar acompanhado de:

- a) prova de fato superveniente que impossibilite o cumprimento do compromisso registrado nesta ata;
- b) documentação comprobatória da inviabilidade de manutenção do preço registrado.

7.2.2 Na hipótese de não comprovação dos requisitos especificados nos itens 7.2 e 7.2.1:

- a) o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

b) o fornecedor deverá cumprir o compromisso registrado na ata sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, em especial aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 Quando realizado o cancelamento do registro do fornecedor a que alude a alínea “b” do item 7.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.6.

7.2.3.1 O órgão ou entidade gerenciadora cancelará a ata de registro de preços, nos termos do item 9.2, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa, caso não obtenha êxito nas negociações a que alude a subdivisão acima.

7.2.4 Quando forem comprovados os requisitos estabelecidos nos itens 7.2 e 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora:

a) alterará o preço registrado, observados os valores praticados pelo mercado, no limite do impacto causado pelos fatos supervenientes ensejadores da inviabilidade de manutenção do preço inicial;

b) comunicará o novo preço aos órgãos e entidades que tiverem firmado contratos decorrentes desta ata de registro de preços, para eventual alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços e, órgãos ou entidades não participantes, nas seguintes condições:

a) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

b) de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caso seja, hipótese em que serão observados os limites previstos no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora somente autorizará o remanejamento solicitado que seja justificado pelo solicitante, se houver prévia anuência do fornecedor e do órgão ou entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 O órgão ou entidade gerenciadora cancelará o registro do fornecedor quando este:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

b) se recusar a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração sem justificativa aceitável;

- c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2; ou
- d) for apenado com sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, aplicada no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo, ou sanção prevista no inciso IV do *caput* do mesmo artigo.

9.1.1 Na hipótese a que alude a alínea “d” da subdivisão anterior, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência desta ata de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, sendo vedadas novas contratações derivadas desta ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.1.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9.2.3 Quando for cancelado o registro do fornecedor, o órgão ou entidade gerenciadora poderá convocar os fornecedores que compõem o cadastro de reserva, observados a ordem de classificação e o disposto no item 5.6.

9.2.4 O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.2 O órgão ou entidade gerenciadora poderá, justificadamente, cancelar, total ou parcialmente, os preços registrados nesta ata de registro de preços:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor, à vista de prova da ocorrência superveniente de caso fortuito ou força maior que impossibilitem o cumprimento do compromisso registrado; ou
- c) se não houver êxito nas negociações, nos termos dos itens 7.1.2.1.1 e 7.2.3.1.

10. DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento desta Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório mencionado no item 1.1, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.1.1 As sanções cabíveis também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

10.2 É da competência do respectivo órgão ou entidade gerenciadora, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.3 É da competência do respectivo órgão ou entidade participante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

10.4 O órgão ou entidade participante deverá informar ao órgão ou entidade gerenciadora as ocorrências de que trata o item 9.1.4, para a finalidade indicada nessa disposição.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Os fornecedores registrados nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar as contratações que dela poderão advir nas condições estabelecidas, observado o disposto no instrumento convocatório mencionado no item 1.1 e neste instrumento.

11.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a celebrar contratações decorrentes desta ata de registro de preços, observando-se o disposto no item 5.9.

11.2. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão ou entidade interessada mediante a **assinatura de termo de contrato**, cuja minuta integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo fornecedor para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, o órgão ou entidade interessada verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o fornecedor será notificado para, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.2.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o fornecedor, à época do certame, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra como Anexo o instrumento convocatório mencionado no item 1.1;

11.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.3.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.3.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.4. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos na documentação que integra o instrumento convocatório mencionado no item 1.1.

11.5. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de item(ns) específico(s) do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via(s), que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelo(a) representante do órgão ou entidade gerenciadora e pelo(as) representante(s) do(s) fornecedor(es) registrado(s), e por testemunhas, todos abaixo identificados, encaminhando-se cópia ao(s) órgão(s) ou entidade(s) participante(s) mencionado(s) no item 3.2, se houver.

Local e data

Assinaturas

MARIA DAS GRAÇAS BIGAL BARBOZA DA SILVA
SUPERINTENDENTE DO IAMSPE

Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Cadastro de Reserva

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar o(s) item(ns) com preços iguais aos do adjudicatário:

Fornecedor _____(nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital)	Modelo (se aplicável conforme Edital)	Unidade	Quantidade máxima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital)

Obedecendo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor _____(nome empresarial ou denominação, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
Item	Especificação	Marca (se aplicável conforme Edital)	Modelo (se aplicável conforme Edital)	Unidade	Quantidade máxima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade (se aplicável conforme Edital)